



## **ACADEMIA MILITAR**

Direcção de Ensino

Mestrado integrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria

### **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA (TIA)**

**As Campanhas militares portuguesas em Moçambique durante a 1ª  
Guerra Mundial: O objectivo de recuperar Quionga e a passagem  
para a margem Norte do Rovuma**

**AUTOR:** Aspirante Aluno de Infantaria Amós Hilário Nhancale Gonzaga

**ORIENTADOR:** Tenente-Coronel de Artilharia Marquês de Sousa

**CO-ORIENTADOR:** Major de Infantaria Menezes

**LISBOA, AGOSTO DE 2011**



## **ACADEMIA MILITAR**

Direcção de Ensino

Mestrado integrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria

### **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA (TIA)**

**As Campanhas militares portuguesas em Moçambique durante a 1ª  
Guerra Mundial: O objectivo de recuperar Quionga e a passagem  
para a margem Norte do Rovuma**

**AUTOR:** Aspirante Aluno de Infantaria Amós Hilário Nhancale Gonzaga

**ORIENTADOR:** Tenente-Coronel de Artilharia Marquês de Sousa

**CO-ORIENTADOR:** Major de Infantaria Menezes

**LISBOA, AGOSTO DE 2011**

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais  
pela total dedicação e apoio.

## **AGRADECIMENTOS**

Pela ajuda e contributo prestados na realização deste Trabalho de Investigação Aplicada, quero deixar o meu sincero agradecimento a todas as pessoas que o tornaram possível.

Agradeço à minha família e com especial carinho pelos meus pais Virgílio e Rosa, e a minha namorada, Sara, pois são presentemente as pessoas que mais me estimam e intervêm na minha vida pessoal.

Agradeço ao orientador, Tenente-Coronel Marquês de Sousa, por toda a dedicação, apoio e constante empenhamento, sem o qual não seria possível auxiliar as dificuldades que advieram na realização deste trabalho.

Agradeço ao meu co-orientador Major Menezes, cuja disponibilidade foi um importante incentivo para que este trabalho fosse terminado. Sendo ainda, de destacar os seus imensos conhecimentos, que foram fundamentais.

Agradeço ao meu director de curso Tenente-Coronel Cipriano pelo seu profissionalismo, excelência do ensino e apoio prestado.

Agradeço a todas as bibliotecárias da Academia Militar e do Instituto de Estudos Superiores Militares, em especial à dona Paula, pela simpatia, dedicação e profissionalismo com que me atenderam.

Agradeço aos meus camaradas do Curso por serem pessoas sempre dispostas a ajudar.

## ÍNDICE

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>I</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>II</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>V</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>VI</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>VII</b>

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

### CAPÍTULO I

<b>ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....</b>	<b>5</b>
1.1. A CORRIDA A ÁFRICA .....	5
1.2. A RELAÇÃO ENTRE PORTUGAL E INGLATERRA: A VELHA ALIANÇA .....	6
1.2.1. A IMPLEMENTAÇÃO DA REPÚBLICA E PORTUGAL NA 1ª GUERRA MUNDIAL .....	8
1.3. A RELAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ALEMANHA.....	9
1.4. A RELAÇÃO ENTRE A INGLATERRA E A ALEMANHA .....	10

### CAPÍTULO II

<b>FORÇAS EM PRESENÇA.....</b>	<b>12</b>
2.1. TEATRO DE OPERAÇÕES.....	12
2.2. PORTUGAL.....	12
2.2.1. A IMPORTÂNCIA DE MOÇAMBIQUE (QUIONGA) .....	15
2.3. A POSIÇÃO DE INGLATERRA.....	16
2.4. ALEMANHA.....	17
2.5. O ATAQUE ALIADO .....	19

### CAPÍTULO III

<b>AS CAMPANHAS MILITARES DE 1914-1916.....</b>	<b>20</b>
3.1. 1ª EXPEDIÇÃO .....	20
3.2. 2ª EXPEDIÇÃO .....	22
3.2.1. A RECUPERAÇÃO DE QUIONGA.....	22
3.2.2. TENTATIVA DE TRAVESSIA DO ROVUMA .....	25

## **CAPÍTULO IV**

<b>AS CAMPANHAS MILITARES DE 1916-1918.....</b>	<b>27</b>
4.1. 3ª EXPEDIÇÃO .....	27
4.1.1. A OFENSIVA PORTUGUESA.....	28
4.2. 4ª EXPEDIÇÃO .....	32
4.2.1. A CONTRA-OFENSIVA ALEMÃ .....	33
4.2.1.1. O COMBATE DE NEGOMANO .....	33
4.2.1.2. O COMBATE DA SERRA MACULA .....	34
4.2.1.3. O COMBATE DE NHAMACURA .....	34

## **CAPÍTULO V**

<b>ANÁLISE DA CAMPANHA .....</b>	<b>36</b>
5.1. UMA ANÁLISE “ESTRATÉGICA”.....	36
5.2. UMA ANÁLISE “TÁCTICA” .....	37

<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>41</b>
-------------------------	-----------

<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>45</b>
--------------------------	-----------

<b>ANEXOS .....</b>	<b>49</b>
ANEXO A – MAPA COR-DE-ROSA .....	50
ANEXO B – O ULTIMATO INGLÊS.....	51
ANEXO C – MAPA DA FRONTEIRA DO ROVUMA.....	52
ANEXO D – QUADRO DA ESTRUTURA DEFENSIVA.....	53
ANEXO E – UNIFORMES DAS TROPAS EXPEDICIONÁRIAS.....	54
ANEXO F – ARMAMENTO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.....	58
ANEXO G – MAPA DE ÁFRICA E DE MOÇAMBIQUE .....	62
ANEXO H – ORGANIZAÇÃO E EFECTIVO DAS EXPEDIÇÕES.....	65
ANEXO I – OFENSIVA DAS TROPAS PORTUGUESAS (1916).....	69
ANEXO J – DEFESAS FORTIFICADAS DE NEVALA .....	70
ANEXO K – COMBATE DE NEGOMANO .....	71
ANEXO L – COMBATE DE NAMACURRA.....	72
ANEXO M – CORRESPONDÊNCIA REFERENTE AOS SERVIÇOS DE SAUDE.....	73

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**AHM** – Arquivo Histórico Militar;

**COR** – Coronel;

**Cx** – Caixa;

**Doc** – Documento;

**Div** – Divisão;

**EME** – Estado Maior do Exército;

**IAEM** – Instituto de Altos Estudos Militares;

**IESM** – Instituto de Estudos Superiores Militares;

**Km** – Quilómetros;

**m** – Metros;

**Sec** – Secção;

**TCOR** – Tenente-Coronel;

**TSF** – Telecomunicações Sem Fio;

## RESUMO

No presente trabalho, que se encontra subordinado ao tema: “**As campanhas militares portuguesas em Moçambique durante a 1ª Guerra Mundial: O objectivo de recuperar Quionga e a passagem para a margem Norte do Rovuma**”, enfatizamos duma maneira geral os acontecimentos, relacionados com as campanhas militares portuguesas, que se deram no Norte Moçambique, entre 1914 e 1918, isto é, deste o início da 1ª Guerra Mundial até ao armistício. Caracterizamos a actuação das expedições enviadas por Portugal para Moçambique face à ameaça alemã, analisámos, ainda, as modalidades de acção dos beligerantes, portugueses e alemães, procedendo à destrição das vantagens e limitações durante o conflito na região Norte de Moçambique.

A metodologia utilizada para a análise da campanha acima referida foi, entre outras, o método diacrónico que se baseou num estudo da campanha utilizando princípios e fundamentos actuais, presentes no regulamento de campanha e no manual de estratégia do COR Abel Cabral Couto de 1988.

A análise da campanha permite-nos perceber que Portugal conseguiu alcançar o seu objectivo, de guarnecer a fronteira a norte do Rovuma, reconquistar Quionga e conquistar alguns postos na margem Norte do Rovuma. No entanto, as tropas portuguesas não obtiveram resultados satisfatórios devido a diversos factores, tais como: a incompetência do comando militar no terreno, o facto do comando português estar embutido de doutrinas militares clássicas e aplicar no essencial as tácticas que tinham dado bom resultado nas campanhas de pacificação e o facto de a população apoiar as colunas alemãs, fornecendo-lhes alimentos e informações.

**PALAVRAS-CHAVE:** CAMPANHAS MILITARES, COLÓNIAS, MOÇAMBIQUE, 1ª GUERRA MUNDIAL.



## ABSTRACT

In this work, which is entitled: “***The military campaigns of Portuguese in Mozambique during the first World War: The objective of recovering Quionga and crossing to the north bank of the Rovuma***”, we emphasized broadly the events related to military campaigns of Portugal, which took place in northern Mozambique, from 1914 to 1918, this is the beginning of the 1st World War until the armistice. Therefore, we characterized the performance of the expeditions sent to Mozambique by Portugal against the German threat, where we also examined ways of action, advantages and limitations of the belligerents during the conflict in northern Mozambique.

The methodology used for this analysis was the campaign referred above, among others, the synchronous method that was based on a study of the campaign, by using current principles and bases present in the regulation of campaign and the handbook of Colonel Abel Cabral Couto (1988).

From the analysis we realized that Portugal has achieved its goal of trimming the border north of the Rovuma, conquered Quionga and regained some posts on the north bank of the Rovuma. But the results from the Portuguese troops were not satisfactory due to several factors, such as: the incompetence of the military command on the battlefield, the fact that the Portuguese command was embedded with classic military doctrine and applied the essential tactics that had given good results in the pacifying campaigns and the fact that the native population supported the German columns, providing them with food and information.

**KEY WORDS:** MILITARY CAMPAIGNS, COLONIES, MOZAMBIQUE, FIRST WORLD WAR.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação aplicada iniciou-se com a pesquisa bibliográfica de fontes oficiais directamente relacionadas com o tema ***“As campanhas militares portuguesas em Moçambique durante a 1ª Guerra Mundial: O objectivo de recuperar Quionga e a passagem para a margem Norte do Rovuma”***. Foi realizada, também, a recolha informações, e em seguida formulou-se uma tese com objectivo de dar respostas às questões levantadas ao longo da pesquisa. Nestas fases teve-se em conta as normas científicas e deontológicas, para dar sustentabilidade ao trabalho.

Desde 1910 que se acalorou a crença no futuro das províncias ultramarinas. Apesar das dificuldades orçamentais, ninguém colocava em dúvida que o futuro da nação portuguesa estava nos recursos de África, que muitos consideravam a nova visão do paraíso outrora revelada no Brasil. Mas nem só a província ultramarina de Moçambique (Zambézia) era susceptível de realizar estes progressos; todo o domínio português possuía riquezas incalculáveis quase totalmente desleixadas (Serrão, 1989). Nesta altura, as atenções, bem como a exploração de recursos, estavam voltadas para África, e os países queriam expandir-se ainda mais, porque isso facultava-lhes uma melhor afirmação, no contexto internacional.

Portugal, um país de reduzida extensão territorial e pouco desenvolvida tecnológica e militarmente (em relação às grandes potências, como a Alemanha, a Inglaterra e a França), era detentor de várias colónias que despertavam cobiça por parte de outros países. Neste contexto, a Alemanha invade as colónias portuguesas, Angola e Moçambique, e como resposta a este ataque, Portugal organiza e envia expedições com o objectivo de defender as suas colónias (Fernandes, Ferreira, Matos, Teixeira & Telo, 2004).

A escolha do tema surgiu com o interesse na realização de um estudo inédito de carácter inovador e útil para o conhecimento da organização e das tácticas utilizadas no Teatro de Operações de Moçambique durante a 1ª Guerra Mundial.

Após a revisão literária inicial levantou-se a seguinte questão Central, que materializa o nosso problema: ***“Como é que as forças militares portuguesas se organizaram e responderam, em termos operacionais, à ameaça alemã no Norte de Moçambique?”***.

Associada à questão central e no intuito de lhe dar resposta, foi necessário levantar as seguintes questões derivadas:

1. Quais as causas do conflito entre a Alemanha e Portugal?
2. Que tipo de forças Portugal dispunha e como é que estavam organizadas?

3. Que tipo de forças a Alemanha possuía e como é que estavam organizadas?
4. De que forma foi decisivo alcançar o objectivo Quionga para a travessia do rio Rovuma?
5. Que importância teve a ofensiva portuguesa realizada durante a terceira expedição?
6. Quais os pontos fortes e fracos em relação à actuação de Portugal no Norte de Moçambique?

Para além da questão central e das questões derivadas que se pretende responder, surgem objectivos de investigação que se desejam alcançar ao longo deste trabalho. Objectivos esses que consistem: na caracterização da actuação das expedições enviadas por Portugal para Moçambique entre 1914 e 1918 face à ameaça alemã que utilizava uma tática de guerrilha, com utilização massiva de metralhadoras e acções de reconhecimento, numa manobra de acção indirecta para atrair e desgastar as forças portuguesas (Arrifes, 2004); e na análise das formas de actuação, das vantagens e limitações dos beligerantes durante o conflito na região Norte de Moçambique.

Para dar resposta às questões derivadas e consequentemente a questão central, acima enunciadas, levantaram-se algumas hipóteses que nos permitirão confirmar ou infirmar as possibilidades e limitações demonstradas pelas forças portuguesas. Assim sendo, as hipóteses levantadas (H) são as seguintes:

- H1: O tipo de forças e a organização que Portugal dispunha foram adequadas ao tipo de operação, na África Oriental;
- H2: A actuação das tropas portuguesas foi realizada de forma adequada;
- H3: A recuperação de Quionga contribuiu para o cumprimento da missão de Portugal;
- H4: Durante a contra-ofensiva realizada pelas tropas alemãs, estas conquistaram o Norte de Moçambique.

Para a realização deste trabalho utilizamos variados métodos e técnicas. Numa primeira fase realizamos um projecto de investigação, baseado na recolha prévia de informação que serviu de base para a delimitação do tema da investigação, pois, era demasiado abrangente para as nossas competências. Todavia, essa recolha de informação consistiu numa revisão literária, na análise documental de publicações e artigos da opinião de autores que abordam a temática relacionada com as campanhas militares portuguesas durante a primeira Guerra Mundial, mais especificamente na África Oriental. Contudo, durante a análise das fontes, procuramos trabalhar essencialmente as fontes primárias, dando destaque aos testemunhos escritos de oficiais que foram comandantes de algumas expedições em Moçambique, nos anos compreendidos entre 1914 e 1918. Esta pesquisa bibliográfica, que é materializada com fontes referentes à época que descrevem a campanha, foi realizada no Arquivo Histórico Militar, na biblioteca da Academia Militar e no Instituto de Estudos Superiores

Militares.

Utilizamos, ainda, o método histórico, onde descrevemos cronologicamente as campanhas, tendo atenção ao enquadramento histórica que é fundamental para que a percepção da questão em estudo, ou seja, procuramos limitar, também, o trabalho temporalmente. Recorremos, ainda, a uma limitação espacial, onde nos preocupamos em explicar os diversos acontecimentos ocorridos a nível político e a nível da localização geográfica, dando ênfase à influência das condições climáticas na campanha retirando, deste modo, ensinamentos que nos possam ser úteis no futuro.

Para alcançarmos esses ensinamentos, foi preciso realizar um estudo sincrónico e diacrónico da campanha (Mendes, 1987, p. 161). O primeiro estudo encontra-se presente, praticamente, em todo trabalho, pois procuramos comparar ou fazer um estudo das tropas aliadas em relação às tropas alemães. Relativamente ao segundo estudo, está mais presente no quinto capítulo, análise da campanha, onde usamos os princípios das operações defensivas e os fundamentos gerais da estratégia, mais recentes, para efectuarmos o estudo das acções relativas ao conflito na região Oriental de África.

Para uma melhor organização dividiu-se o trabalho em cinco capítulos. Desta forma após a introdução segue-se o primeiro capítulo, onde fazemos um enquadramento histórico, abordando os motivos que levaram a que o continente africano fosse ocupado de forma massiva, dando maior destaque às relações existentes entre Portugal e Inglaterra, Portugal e Alemanha e por fim abordamos a relação entre a Inglaterra e Alemanha.

No capítulo seguinte procuramos, em primeiro lugar, descrever a área de operações, onde caracterizamos as condições climáticas, o tipo de terreno existente e referenciamos de modo breve e conciso as doenças mais predominantes. Descrevemos ainda, como é que estavam organizadas as forças militares dos países envolvidos no conflito, relevando a organização e os planos dos exércitos para as suas colónias. Por fim, descrevemos o plano que consistia no encurralamento das tropas alemãs, plano esse, elaborado pelos países aliados (Inglaterra, Bélgica).

No terceiro e no quarto capítulo, fazemos a descrição das campanhas militares portuguesas, desde 1914 até 1918. Nestes capítulos dedicamos especial atenção à segunda e à terceira expedição, pois foi neste período onde ocorreram as batalhas decisivas para o alcance dos objectivos de Portugal. Para finalizar o quarto capítulo, iremos descrever sucintamente como é que as tropas alemãs escaparam e desorganizaram as forças aliadas, ou melhor, iremos abordar a forma como é que os alemãs entraram e saíram de Moçambique até a sua capitulação, aquando do armistício.

No quinto e último capítulo, faremos uma análise da campanha militar, como um todo, a nível estratégico e tático. Para tal, apoiamo-nos em dois manuais, nomeadamente: o

manual “*Elementos de estratégia: Apontamentos para um curso*” do COR de Artilharia Abel Cabral Couto e o regulamento de campanha – operações, do exército português, de 2005. Para a realização desta análise foi usado o método diacrónico, isto é, usamos princípios de operações defensivas “*actuais*” para analisar uma campanha “*antiga*”.

No final do trabalho, iremos efectuar a verificação das hipóteses levantadas e a respectiva justificação, iremos responder as questões derivadas e à questão central.

## CAPÍTULO I

### ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

#### 1.1. A CORRIDA A ÁFRICA

O século XIX foi de grandes mudanças na Europa e praticamente em todo mundo, foi neste século onde foram redefinidas grande parte das fronteiras políticas dos estados, na Europa. A segunda metade do século XIX é, também, de relevante importância, porque se verificaram progressos científicos e técnicos, ou seja, foi o século onde se verificou uma grande “*aceleração*” nos transportes<sup>1</sup> (terrestres e marítimos) e nos outros mecanismos a vapor, que por sua vez, “*provocaram um impulso deveras notável na indústria e no comércio*” (Torres, 1968, p. 285). Ora, estes progressos possibilitaram a que se operasse uma grande *revolução económica*, devido a diversos factores tais como: a centralização de capitais particulares, com a aplicação da máquina a vapor para o transporte de mercadorias, ao liberalismo económico ou livre concorrência, a concentração Industrial<sup>2</sup> e o fluxo de ouro na Europa, com a descoberta de novas minas na América e na Austrália (Torres, 1968). Esta Revolução económica repercutiu-se em todos os sectores, sobretudo no sector político e social, contribuindo para a mudança de hábitos sociais, principalmente nas cidades (Almeida, 2009).

O grande avanço tecnológico, fruto das novas invenções, originou uma super-produção saturando, deste modo, os mercados e como consequência os bens tornaram-se mais baratos (Santos, 2007). Todavia, este aumento de produção levou a que a procura de matérias-primas aumentasse, o que provocou, como era de esperar, a procura de novos mercados e de novos locais para a exploração de matérias-primas. Contudo, já era do conhecimento dos países europeus que África era um dos locais onde esses produtos eram abundantes, o que fez que houvesse uma corrida para ocupar áreas, em África, com o objectivo de explorar matérias-primas (Torres, 1968).

*“Não há um consenso sobre a explicação dos motivos que levaram os europeus ao scramble for Africa (corrida colonial), na segunda metade do século XIX. Certo é que factores internos políticos, ideológicos, económicos, geopolíticos e de prestígio nacional, desempenham um papel importante na corrida colonial africana”* (Guevara, 2006, p. 31).

Esta corrida a África teve consequências científicas (passou a se ter melhor conhecimento acerca da geografia de África), económicas (porque a Europa tinha

---

<sup>1</sup> Com o aperfeiçoamento da máquina a vapor, pelo escocês Watt (Torres, 1968).

<sup>2</sup> Esta concentração industrial era realizada de 3 formas: concentração geográfica (agrupavam-se empresas nos melhores portos, nos centros com os melhores consumidores ou em locais onde se podiam obter mais facilmente matéria prima ou outros combustíveis); concentração técnica (aumentando os estabelecimentos fabris e utilizando milhares de operários) e a concentração financeira (reunindo e absorvendo os capitais de empresas mais frágeis) (Torres, 1968).

encontrado um vasto mercado para vender a sua mercadoria) e políticas (porque originou vários atritos entre as diversas potências europeias). Estes atritos, acima referidos, eram causados, não só, pela concorrência entre os estados, mas também, pela exploração e ocupação de certas áreas de forma desordenada, pois o objectivo era ocupar a maior extensão territorial possível (Torres, 1968).

Os estados expansionistas procuraram resolver esses conflitos; na conferência de Bruxelas, em 1876, e na conferência de Berlim<sup>3</sup>, entre 1884 e 1885, de uma maneira diplomática, procurando estabelecer áreas de influência e regras de ocupação do continente africano. Estas potências tinham como principal objectivo, a salvaguarda dos seus interesses territoriais *“numa revisão contra os possíveis atritos que se desenhavam no panorama africano, e que viriam a surgir no decorrer da penetração gradual das potências europeias em África”* (Santos. 200, p. 56).

Segundo alguns autores, o que levou Londres a adoptar uma política que visava dividir o continente africano, foi a reacção em cadeia provocada pela necessidade de salvaguardar os interesses britânicos (o livre comercio pelo mundo). Enquanto, Portugal tinha como objectivo manter as possessões ultramarinas<sup>4</sup>, principalmente, as do atlântico, pois estas eram vistas *“como um prolongamento natural de Portugal, essencial, designadamente, para a independência do país face a Espanha”* (Guevara. 2006, p. 56).

Os princípios e as convenções saídas da conferência de Berlim vieram a acelerar a corrida para o continente africano, mas, na prática, os territórios pertenciam aos primeiros países que chegassem, e erguessem a bandeira do seu país acompanhada de uma guarnição. Todavia, o que se verificava era que os países *“mais poderosos”*, não respeitavam qualquer legalidade e ocupavam as colónias, através do uso da força. *“Portugal sentiria duramente essa realidade por ocasião, nomeadamente, do ultimatum inglês e da tomada de Kionga por canhoneiras germânicas”* (Guevara, 2006, p. 74).

Foi este tipo de comportamento, acima referido, em paralelo com o desenvolvimento do material bélico e a vontade, principalmente, dos vários países Europeus, expandirem os seus territórios e de concretizar os seus projectos em África, que levou os países europeus a entrar em conflito de carácter mundial *“a grande guerra”*.

## **1.2. A RELAÇÃO ENTRE PORTUGAL E INGLATERRA: A VELHA ALIANÇA**

A aliança entre estes países era conhecida como sendo uma aliança *“vitalícia”*, devido aos antigos tratados não terem sido celebrados com prazo definido, logo, eram de natureza perpétua e não estavam sujeitos a renovação. Desta aliança é importante referir o tratado de

---

<sup>3</sup> Teve lugar em Berlim e terminou no dia 26 de Outubro de 1885 (Almeida, 2009).

<sup>4</sup> Pensadores e políticos portugueses consideravam-na uma necessidade vital para o país (Arrifes, 2004).



*Whitehall*<sup>5</sup>, porque foi neste em que, pela primeira vez, se falou das colónias africanas em que Grã-Bretanha “*promete e obriga-se...a defender e proteger tôdas as conquistas ou colónias pertencentes à corôa de Portugal, contra todos os seus inimigos, tanto futuros como presentes*” (Martins. 1945, p. 516).

Esta relação nem sempre foi harmoniosa, estes países já haviam estado na iminência de rompê-la devido a disputas de ocupação de territórios africanos, ou seja, Portugal, nos meados de 1860, começou a fazer viagens para o interior do continente africano com o objectivo de ocupá-lo, alegando que estas viagens eram de carácter científico. Para melhor fundamentar este propósito, científico, fundou-se, em 1875, a sociedade de Geografia de Lisboa, que “*constituía-se como apoio a uma ocupação que sustentaria os direitos históricos portugueses*” (Santos, 2007, p. 60).

Nessa ocupação, ao interior africano, Portugal tinha com objectivo unir Angola a Moçambique, juntando deste modo, o atlântico e o Índico<sup>6</sup>, para tal, tinha de conquistar ou fazer com que os chefes tribais, residentes na região compreendida entre Moçambique e Angola, lhe prestassem vassalagem, portanto só com a ocupação efectiva poderia desempenhar funções de Estado e desta maneira concretizar o seu projecto.

Este projecto português não era bem visto pela Inglaterra, pois, a Inglaterra “*desejava formar um império que fosse da cidade do Cabo à do Cairo*” (Torres, 1968, p. 310), ou seja, construir de uma linha férrea desde o cabo (na África do Sul), ao Cairo (no Egipto), e como o projecto português iria passar na mesma área que o Inglês, a Inglaterra procurava provocar incidentes<sup>7</sup> a Portugal, de modo a dificultar a ocupação dos territórios no interior de África, pois a Inglaterra não acreditava que Portugal tivesse capacidade para desempenhar as funções de Estado (Santos, 2007).

Esta situação continuou a evoluir ao ponto de Portugal procurar novas alianças e em simultâneo, fazer com que o seu projecto, “*dos direitos portugueses de comércio e ocupação de uma faixa de território entre Moçambique e Angola*” (Santos. 2007, p. 61), fosse reconhecido internacionalmente. Razão pela qual, em 12 de Maio de 1886, assinou a convenção Luso - Francesa<sup>8</sup>, e no dia 30 de Dezembro do mesmo ano, assinou a convenção Luso - Alemã<sup>9</sup>. Esta segunda convenção era considerada não só como um compromisso formal, mas também, uma garantia de sucesso ao projecto português.

---

<sup>5</sup> Assinado no dia 23 de Junho de 1661 (Martins, 1945, p. 516).

<sup>6</sup> O que ficou conhecido como o *mapa cor-de-rosa*. Para melhor compreensão do que foi este projecto português consultar o Anexo A - O MAPA COR-DE-ROSA.

<sup>7</sup> A ocupação de todo território colonial era dificultada pelas agitações das tribos fomentada pelos ingleses, para depois contestarem o domínio político dos territórios (Santos, 2007, p. 91).

<sup>8</sup> Sobre os limites territoriais entre Cabinda e o Congo francês. Contudo, este tratado foi desfeito por Portugal sob uma penalização, tendo de pagar indemnização a França, agravando, desta forma, a situação financeira do país (Martins, 1934).

<sup>9</sup> Alemanha reconhecia a Portugal direitos de acção e de ocupação soberana nos territórios compreendidos entre Angola e Moçambique.



A Inglaterra, após a publicação da convenção luso-alemã, protestou de imediato contra os limites territoriais do projecto português, conhecido como “*mapa cor-de-rosa*”, avisando Portugal que se continuasse com o projecto estaria a fragilizar a relação existente entre ambos. Contudo, Portugal não tomou em consideração o aviso feito pela Inglaterra, pois pensava que tinha o apoio alemão, e continuou com o seu projecto, sem o conhecimento da Inglaterra (Santos, 2007).

Durante a conquista das novas terras, Serpa Pinto (1846 - 1900) atacou os Macololos<sup>10</sup>, que estavam sob protecção da Inglaterra. Portanto, esta última entende este ataque como uma provocação e tentou resolver este conflito, de forma diplomática, tendo como mediadores a Alemanha, que já nesta altura estavam a favor da Inglaterra, a Bélgica e a França, respondendo com um memorando<sup>11</sup>, que ficou conhecida como “*ultimatum*”<sup>12</sup>. Neste memorando, a Inglaterra previa cortar as relações diplomáticas existentes entre os dois países “*com a retirada do representante inglês em Lisboa*” (Santos. 2007, p. 69).

Portanto, no mesmo dia em que Portugal recebeu o “*ultimatum*” o conselho de estado reuniu, juntamente com o Rei. Nessa reunião decidiu-se ceder todas as exigências da Inglaterra, “*salvaguardando ao mesmo tempo, os direitos de Portugal e propondo a Inglaterra a mediação ou arbitragem para a mediação do referendo*” (Santos. 2007, p. 69).

Com a Inglaterra a tratar dos assuntos externos de Portugal, tornou a situação financeira do país mais delicada do que já estava. Todavia, Portugal continuou a ter a Inglaterra como a sua principal aliada, apesar de os republicanos não aceitarem de bom grado o controle dos assuntos externos de Portugal pela Inglaterra, o que por sua vez, fez com que no dia 5 de Outubro de 1910, derrubassem a monarquia e implementassem a república - como acontecera poucos anos antes no Brasil (Santos, 2007).

### **1.2.1. A IMPLEMENTAÇÃO DA REPÚBLICA E PORTUGAL NA 1ª GUERRA MUNDIAL**

“*Na manhã de 5 de Outubro de 1910, quinta-feira, cerca das 9 horas, alguns membros do directório do partido republicano Português entraram no edifício da câmara municipal de Lisboa, subiram à varanda e, perante uma pequena multidão, proclamaram a República*” (Mattoso, 1994, p. 335).

Aponta-se como uma das principais causas, que levaram à mudança do regime, o facto de a população não apoiar a monarquia. A quando do “*ultimatum*”, o facto de Portugal ter se submetido às exigências feitas pela Inglaterra, que não foram de bom grado para a população, fez com que a monarquia se distanciasse ainda mais da população, algo que o

---

<sup>10</sup> Povo localizado no território compreendido entre as colónias de Moçambique e Angola (nos actuais territórios de Zimbabwe e Zâmbia).

<sup>11</sup> Emitido no dia 10 e entregue, a Portugal, no dia 11 de Janeiro de 1890.

<sup>12</sup> Ver o Anexo B - O ULTIMATO INGÊS.

partido republicano soube aproveitar intensificando a propaganda do partido, com o objectivo de mudar o regime político (Selvagem, 1931).

No dia 3 de Outubro de 1910, começou a revolução dos republicanos o que fez com que o rei refugiasse para o exílio, na Inglaterra. E no dia 5 do mesmo mês, o partido republicano proclamou a abolição da monarquia e nomeou o governo provisório da República (Selvagem, 1931).

Depois de implementada a república, Portugal demorou ter o reconhecimento das grandes potências (Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Bélgica, Espanha, Rússia) por não ser um país de confiança, devido a instabilidade política e a situação financeira que enfrentava (Santos, 2007).

A quando da Grande Guerra, e depois de Portugal ter sido reconhecido mundialmente, Portugal entra a favor dos aliados e contra a Alemanha tendo como base as duas teorias explicativas: a tese colonial e a tese europeia-peninsular. Na tese colonial, considerava-se que o país entrara na guerra com o objectivo de defender as suas colónias em África, visto que estas *“eram objecto de grande interesse económico e estratégico por parte das grandes potências...eram susceptíveis de funcionar e funcionaram, realmente e mais do que uma vez, como mecanismo de compensação e moeda de troca na balança de poderes do equilíbrio europeu”* (Teixeira, 1998, p. 56). Enquanto, a tese europeia-peninsular defendia que Portugal tinha entrado na Grande Guerra para conquistar dois objectivos: *“o primeiro, vago e longínquo, a reconquista do lugar no concerto das nações, ao nível europeu; o segundo concreto e imediato, afastar o perigo espanhol no quadro peninsular”* (Teixeira, 1998, p. 57). Todavia, considera-se que as duas teorias completam-se, isto é, são os dois motivos verdadeiros mas a tese colonial é considerada a mais verdadeira, de entre as duas (Teixeira & Barata, 2004).

### **1.3. A RELAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ALEMANHA**

A conferência de Berlim foi para a Alemanha, um propósito para a aquisição de colónias, pois este país, anteriormente, não manifestava nenhum interesse para com as colónias africanas, o que fazia com que Bismarck<sup>13</sup> fosse criticado pela sociedade e pelos políticos Alemães. Portanto, este facto demonstrava que a Alemanha não tinha nenhuma política expansionista, que era considerado um fenómeno natural nos diversos países da Europa. Conforme Guevara (2006), *“a arma colonial serviu também para desviar para as colónias as atenções dos novos estratos sociais resultantes da industrialização, que reivindicavam direitos políticos”* desta forma a Alemanha foi a África para fugir dos conflitos sociais e

---

<sup>13</sup> Chanceler Alemão antes, durante e logo depois da conferência de Berlim.

políticos.

Esta ida a África por parte da Alemanha, depois da conferência de Berlim, foi a causa de diversos conflitos não só entre Portugal e a Alemanha, mas também entre os demais países Europeus. Porque a Alemanha já nessa altura era uma grande potência mundial, o que fazia com que sentisse o direito de invadir os territórios que já pertenciam aos outros países, mesmo indo contra as normas saídas da conferência de Berlim. Foi o caso da invasão do território português a Sul de Angola e a norte de Moçambique, como já tínhamos referido anteriormente. Contudo, Portugal entra na grande guerra com o objectivo de recuperar as áreas anteriormente invadidas pela Alemanha e impedir que esta continue a invadir ainda mais as suas colónias (Martins, 1938).

Portugal vendo que não tinha condições de fazer frente a Alemanha, visto que a sua relação com a Inglaterra também era conflituosa, devido ao projecto do mapa cor-de-rosa procurou fazer um acordo com a Alemanha, como já tinha o feito anteriormente, com a França.

Este primeiro acordo, com a Alemanha, foi realizado com duplo objectivo; sendo o primeiro o de indemnizar a França, e o segundo para obter a aprovação do seu projecto por parte da Alemanha (Santos, 2007).

Contudo, a quando do “ultimatum” feito pela Inglaterra a Portugal, a Alemanha não cumpriu com o tratado Luso-Alemão, pois estes, nesta altura, procuravam fazer uma união entre umas das grande potências, França e Inglaterra, de modo a dominar as colónias africanas. Então, Portugal já não tinha nenhuma importância para a Alemanha. Porém, esta já tinha assinado um tratado com a Inglaterra sobre a partilha das colónias portuguesas (Guevara, 2006).

#### **1.4. A RELAÇÃO ENTRE A INGLATERRA E A ALEMANHA**

A Alemanha não era um país em que os outros pudessem confiar, ora, estava a favor de Portugal contra a Inglaterra, ora, estava a favor da Inglaterra contra Portugal. Alguns autores dizem que, esta potência pretendia acabar com a “*velha aliança*” de modo a obter as colónias portuguesas em África. Contudo, na negociação realizada entre estas duas potências, previa-se, não só a ocupação dos territórios pertencentes a Portugal, mas também, terrenos pertencentes à Holanda (em Timor) e a França (na bacia do Congo).

A Alemanha, como fizera anteriormente, procurou renovar a convenção Anglo-Alemã, alegando que este tratado teria como objectivo o auxílio monetário que os dois países (Inglaterra e Alemanha) concederiam a Portugal para que este, por sua vez, desse as suas colónias, em caso de não pagamento (Guevara, 2006).

Portugal preocupado com a assinatura do tratado, procura saber se a convenção Anglo-

Alema representava o fim da “*velha aliança*” ou se Inglaterra ainda estava disposta a continuar aliada de Portugal. A Inglaterra responde que “*sempre apoiará Portugal na sua soberania sobre os territórios ultramarinos, dos quais o nosso país não estava disposto a alienar qualquer parcela*” (Santos, 2007, p. 137), desta forma afirmava-se, mais uma vez, “o carácter perpétuo da *velha aliança Luso-britânica*” (Santos, 2007, p. 137).

Para Berlim as negociações que se estavam a realizar eram de carácter teórico porque a Alemanha considerava que a Inglaterra era incapaz de conciliar o tratado anglo-alemão, sobre a partilha das colónias Portuguesas, com o tratado Luso-britânico, sobre a defesa das colónias portuguesas (Guevara, 2006).

Tudo isto aconteceu porque a Alemanha não queria fazer o uso da força para tomar as colónias portuguesas, como fizera anteriormente, porém, queria que a Inglaterra e a Alemanha emprestassem grandes quantias de dinheiro a Portugal. Visto que, se este continuasse a passar por dificuldades financeiras, seria obrigado a dar como garantia do seu pagamento, as suas colónias (Moçambique e Angola).

Todavia, para a assinatura deste tratado a Inglaterra exigia que o texto da convenção deveria ser do conhecimento da França porque neste novo tratado já incluía o território de São Tomé, pertencente a França. Portanto a Alemanha cedeu as exigências feitas e a Inglaterra assinou, no dia 13 de Agosto de 1913, o texto do tratado (Santos, 2007).

Depois da assinatura do acordo, a França alegou não ter tido conhecimento dos pormenores do tratado, pois, se tivesse sabido teria dado uma alternativa de financiamento a Portugal<sup>14</sup>. A verdade é que, Portugal, também, fora mantido longe das negociações para a assinatura do tratado porque, como foi referido anteriormente, quem controlava a política externa de Portugal era a Inglaterra (Arrifes, 2004).

Contudo, Portugal procurou ter a certeza de que a Inglaterra continuaria a cumprir com as obrigações da velha aliança ao mesmo tempo que procurava intervir, tardiamente, no tratado existente entre a Inglaterra e a Alemanha. Para tal, como prova do apoio Inglês, esta deveria publicar o tratado de 1898, a declaração secreta de Windsor<sup>15</sup> de 1899 e o novo tratado anglo-alemão que substituíra o anterior. Porém, “... a publicação dos acordos, se, por um lado, representava a confirmação da aliança Luso-Britânica, significaria por outro lado, o desbloquear das negociações anglo-alemas” (Santos. 2007, p. 145).

O desbloquear das negociações entre a Inglaterra e a Alemanha associado a tentativa de partilha, com a Inglaterra, dos territórios Franceses, fora a “*gota de água*” para o início do grande conflito mundial, em 1914.

---

<sup>14</sup> Disposta a tomar cerca de 50% de todas emissões colónias. (Santos. 2007, p. 141).

<sup>15</sup> Foi uma declaração secreta Luso-Britânica, assinada a 14 de Outubro de 1899, em que a Inglaterra garantia a salvaguarda dos direitos e interesses portugueses, como fizera anteriormente no tratado de Whitehall, em 1661 (Santos, 2007).

## CAPÍTULO II

### FORÇAS EM PRESENÇA

#### 2.1. TEATRO DE OPERAÇÕES<sup>16</sup>

*“O terreno no Norte de Moçambique exerceu influência profunda na conduta das operações pela natureza e característica do relevo e densa arborização, alguma de grande porte”* (Oliveira, 1994, p. 196). Associada à densidade da arborização, que dificultava a marcha e a segurança, tornando a Arma de Infantaria a mais adequada, estava o capim que limitava o campo de observação e campo de tiro, porém, favorece-se a aproximação por surpresa (Oliveira, 1994).

A estação chuvosa ia de Outubro a Abril (caracterizada por altas temperaturas, com marcadas variações térmicas diurnas e nocturnas, com alto índice de humidade) e a época seca, ia de Maio a Outubro, considerado melhor período para a condução das operações, deste que tivessem água, pois este recurso era considerado prioritário e decisivo para a conduta das operações (Oliveira, 1994).

As doenças que mais assolavam as tropas metropolitanas eram o paludismo (causada pela picada do mosquito), a doença do sono (causada pela mosca Tsé-tsé) e as doenças intestinais, causadas pela pouca higiene que os militares praticavam (Portugal, 1981).

A utilização do Rio Rovuma, dependia da época das chuvas e do regime das marés, todavia, existiam regiões que permitiam a fácil travessia da fronteira nos dois sentidos, são exemplos desta situação, a foz do Rio Lugenda, a Serra Mecula e Negomano. Contudo, era possível atravessar a fronteira, sem ser pelo rio, nas proximidades do lago Niassa<sup>17</sup> (Oliveira, 1994).

#### 2.2. PORTUGAL

Nos finais do século XIX, Portugal, com a política de ocupação do interior africano, sente a necessidade de reestruturar o seu exército de modo a fazer face a novas ameaças que previa encontrar no interior do continente, por isso, durante anos o país ocupou a parte costeira das suas colónias e recrutou simultaneamente, para o seu exército, os nativos das tribos consideradas mais forte (Arrifes, 2004).

---

<sup>16</sup> *“O Teatro de Operações é a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate. Teatros de Operações diferentes no mesmo teatro de guerra serão, normalmente, separados geograficamente e centrar-se-ão em diferentes forças inimigas. Os Teatros de Operações têm espaço suficiente para permitir operações durante períodos de tempo prolongados...”* (EME, 2005, part.III, p.1-7 in (Miranda, 2009, p.50)).

<sup>17</sup> Ver o Anexo C - MAPA DA FRONTEIRA DO ROVUMA.

Estes novos soldados indígenas, recrutados, eram treinados por sargentos e oficiais vindos da metrópole, sendo que, muitos destes oficiais eram provenientes de sargentos que eram promovidos a oficiais, isto é, não tinham nenhum curso nem experiência como oficiais. O que influenciou negativamente para o cumprimento das suas funções, associado ao facto do treino ser rudimentar por escassez de tempo e de material.

Em 1892, Ferreira do Amaral, propõe ao governo, a criação de um exército colonial parecido ao exército Metropolitano, com o objectivo de enfrentar, não só os povos nativos durante a conquista do interior africano, mas também, para impedir possíveis invasões de outras colónias europeias, desta maneira resolvia-se dois problemas numa só vez. No entanto, a criação de um exército colonial, exigia muito de Portugal, porque teria de enviar para as colónias, bastantes militares (oficiais, sargentos e praças) que tivessem, para além de uma boa formação, resistência ao clima e às doenças típicas do continente africano. (Arrifes, 2004).

Apesar da tentativa de reorganizar o exército nas colónias, em 1892, ter sido um fracasso, devido à falta da disponibilização de meios; como referimos anteriormente, Portugal enfrentava uma situação financeira bastante complicada. Contudo, tentou-se reestruturar o exército<sup>18</sup>, em 1901, basicamente, com a mesma estrutura proposta em 1892. Porém, esta proposta *“representava o primeiro ordenamento logístico de Defesa ultramarina”* (Arrifes, 2004, p. 60) e tinha como objectivo, fazer respeitar a integridade territorial, a manutenção da ordem e proteger as actividades económicas. Na verdade, esta segunda reestruturação do exército colonial tinha como principal missão garantir a ocupação efectiva do interior do continente africano, neste caso em particular, das colónias de Angola e Moçambique, sem com isso, recorrer às forças vindas da metrópole, o que segundo Arrifes (2004), só foi verificado em 1926.

Esta nova reestruturação, trouxe para as colónias uma nova organização, sendo a liderança deste *“novo exército”* pertencente aos governadores das províncias, sob tutela dos ministros da marinha e do ultramar, que por sua vez, tinham junto deles o quartel-general<sup>19</sup>. Esta mudança não só se verificou nos mais altos níveis do governo, mas também, nos escalões mais baixos, isto é, foi preciso formar unidades tácticas independentes<sup>20</sup> capazes de penetrar o litoral e montar os postos de controlo nas zonas fronteiriças. Estas unidades independentes eram sempre enquadradas pelos oficiais e sargentos europeus para que não houvesse uma grande desproporção entre as forças europeias e as indígenas, razão pela

---

<sup>18</sup> Decreto da secretaria dos negócios de guerra de 21 de Novembro de 1901 e Organização Militar do Ultramar in Ordem do Exército, nº 17, pp.377 a 456.

<sup>19</sup> Composto por um chefe do Estado-Maior (subordinado directo), secretaria militar, conselho de guerra permanente e por um chefe de serviço de saúde. Decreto da secretaria dos negócios de guerra de 21 de Novembro de 1901 e Organização Militar do Ultramar in Ordem do Exército, nº 17, pp. 408 a 409. Ver o Anexo D - QUADRO DA ESTRUTURAS DEFENSIVA.

<sup>20</sup> Companhias indígenas das diversas armas (infantaria, cavalaria e companhias mistas de artilharia).



qual, havia a necessidade de existir companhias europeias de diversas armas – infantaria, cavalaria e artilharia (Arrifes, 2004).

As unidades independentes ainda conseguiram resistir por alguns anos, mas, devido à crise financeira que Portugal enfrentava, há bastante tempo, passaram a ter dificuldades orçamentais o que veio a impedir as unidades de cumprir os seus objectivos, na totalidade. Levando a que, em 1907, a metrópole intervisse mandando, depois de muito tempo, forças expedicionárias para a ocupação de uma região no sul de Angola – Cuamatos (Telo, 2004).

Em 1910, extinguiram-se as companhias indígenas, devido à falta de material e da má qualidade de instrução que levava a que estas companhias tivessem um mau desempenho, isto é, não conseguiram, garantir a ocupação efectiva do interior das colónias, nem a guarnição das fronteiras, pois, tinham um efectivo bastante reduzido e com muita escassez de material<sup>21</sup>, como foi acima referido.

Em 1911, a companhia do Niassa<sup>22</sup> desenvolveu uma ocupação territorial estratégica, em que, começava a ocupar as zonas costeiras e depois tentava invadir, lentamente, o interior, considerado de difícil ocupação. Ainda neste mesmo ano, foi realizada uma nova reestruturação do exército na metrópole, ou seja, foi implementado o serviço militar obrigatório e reduziu-se as unidades com o objectivo de torna-las mais flexíveis (Arrifes, 2004).

Todos estes acontecimentos levam-nos a crer que Portugal não tinha doutrina aplicável em África, razão pela qual, procurou adaptar-se a esta nova realidade, com a tentativa de reestruturação do exército ultramarino. Este problema era complicado de se resolver, porque quando as forças expedicionárias começavam a compreender os problemas e a encontrar as possíveis soluções, para a colónia, já era tempo de voltar à metrópole. Era preciso que os militares passassem mais tempo nas colónias, e só assim é que, conhecendo as dificuldades do exército colonial, podiam melhorá-las.

Importa referir que no século XX, a maior parte dos países europeus e, principalmente, as grandes potências, investia fortemente no material bélico e Portugal não quis ficar para trás, investindo na compra de armamento alemão, considerado o melhor, e mais tarde, a quando da declaração da guerra a Portugal, o país viu-se obrigado a adquirir armamento Inglês. O grande problema que o exército português enfrentava era o facto de diversas,

---

<sup>21</sup> Ver o Anexo E – UNIFORMES DAS TROPAS EXPEDICIONÁRIAS.

<sup>22</sup> Segundo Arrifes (2004), esta companhia era responsável pela ocupação efectiva do interior da zona mais a Norte de Moçambique, de modo a iniciar a organização administrativa e defensiva desta mesma área. Razão pela qual esta companhia estabeleceu uma divisão territorial em conselhos e estas, por sua vez, em postos militares. Estes últimos eram colocados em pontos considerados de grande importância estratégica, mas em função dos interesses económicos da companhia. Contudo, esta companhia tinha falta de funcionários e limitava-se a cobrar os impostos de palhota, para pagar aos empregados e recrutar pessoal para recolher os impostos.

espingardas, pistolas, revólveres e metralhadoras<sup>23</sup> serem de diferentes calibres e marcas (Herdade, 2001).

Apesar de o Exército usar diferentes calibres, a metralhadora foi a arma que mais se destacou durante a ocupação do continente africano e evoluiu rapidamente, desde o princípio do século XX até à Grande Guerra, fazendo com que aparecessem três tipos de metralhadoras (ligeira, metralhadora e pesada). Contudo, “*o aparecimento de diversos tipos de metralhadoras durante a I Grande Guerra, revolucionou totalmente a táctica, conferindo a defensiva uma segurança muito Grande*” (Herdade, 2001, p. 28).

### 2.2.1. A IMPORTÂNCIA DE MOÇAMBIQUE (Quionga)

Por volta do século XVI, Moçambique<sup>24</sup> era uma área que não possuía limites exactos nem fronteiras bem delimitadas. Estimava-se que este tivesse cerca de 70 000 habitantes, este número é referente à população que obedecia à metrópole, isto é, a Portugal. Contudo, alguns autores afirmam que a população de Moçambique deveria rondar cerca de 300 000 habitantes (Almeida, 2009).

No final do século XIX, Portugal sente a necessidade de demarcar com mais rigor as fronteiras dos seus territórios coloniais devido à famosa “*corrida a África*”, realizada por alguns países europeus, de modo a, explorar os recursos e aumentar a sua extensão territorial.

No ano de 1914, Moçambique era caracterizada por ter uma superfície 8 vezes e meia maior do que Portugal. A sua população era cerca de 4 milhões (população indígena) e a população portuguesa era cerca de 20 000 habitantes, o que fazia desta, a segunda maior colónia portuguesa, depois de Angola (Martins, 1938).

Para se fazer uma ideia geral da distribuição de recursos e população, com o fim de se compreender a capacidade militar da colónia, deverá notar-se que os Portugueses estavam concentrados no sul, principalmente na cidade de Lourenço Marques, de clima benigno, já fora dos trópicos, enquanto os nativos centravam a sua mais densa população nos distritos centrais da colónia; e ao norte, nos territórios da extinta companhia de Niassa, com uma superfície correspondente ao dobro da de Portugal (Martins, 1938).

A maior parte dos indígenas viviam no centro e no Norte de Moçambique e por sua vez, estas regiões eram pouco habitadas pelos colonizadores portugueses, leva-nos a afirmar que estas regiões tinham um aparelho Administrativo pequeno e sem muitos meios para que conseguissem manter em segurança as suas fronteiras ou mesmo garantir a vassalagem

---

<sup>23</sup> Ver o Anexo F – ARMAMENTO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

<sup>24</sup> Verificar o Anexo G – MAPA DE ÁFRICA E DE MOÇAMBIQUE.



dos povos nativos<sup>25</sup>. Esta falta de forças que protegessem as fronteiras que fez com que a Alemanha, com muito sucesso e sem oposição alguma, conseguisse conquistar, num só ataque, o posto fronteiriço de Quionga, e por sua vez ocupar toda a baía de Quionga<sup>26</sup>, em que dizimou as forças portuguesas que lá se encontravam (Pires, 1924).

A fácil ocupação de Quionga levou a Alemanha a considerar que podia avançar, mais a sul, e ocupar facilmente o território português, Moçambique. Então, avançou mais para a direita do rio Rovuma, a região de Maziúá<sup>27</sup>, onde se encontrava um posto militar que guarnecia a região acima referida.

Estes sucessivos ataques e ocupação dos territórios portugueses; no Norte de Moçambique, contribuíram em grande medida, para que Portugal enviasse uma expedição, a mais numerosa até então, como iremos constatar no terceiro e quarto capítulo, a Moçambique, de modo a evitar o avanço das tropas alemãs e, se possível, reconquistar os territórios anteriormente perdidos.

### 2.3. A POSIÇÃO DE INGLATERRA

Para Inglaterra, a defesa dos territórios ultramarinos deveriam assentar em duas vertentes, sendo esta a primeira, e mais importante: ter uma forte armada e controlar os postos estratégicos importantes. Estes últimos garantidos pelos militares ou pela polícia das colónias que se caracterizavam por utilizar recurso próprio e, só em caso de necessidades, é que requisitavam o apoio da metrópole, porque estes ainda não tinham perspectivado a probabilidade de um conflito entre as potências Europeias em teatros africanos (Arrifes, 2004).

Tal como Portugal, a Inglaterra até ao ano de 1911, ainda não possuía doutrina para a defesa dos territórios ultramarinos, pois, foi só nesse ano que se criou um *“imperial general*

---

<sup>25</sup> É exemplo claro desta situação a tentativa de conquistar, muitas vezes falhada, a região dos Makondes, na província de Niassa. Esta região estende-se longo do rio Rovuma, que fazia fronteira com a colónia alemã, é uma região de mato serrado. O seu povo era muito respeitado por serem bons guerreiros (selvagens e corpulentos), pouco simpático e só se relacionavam com povos da sua raça, com os outros só se relacionavam, se necessário, para o comércio, que não era muito frequente.

As forças portuguesas durante muitos anos não conseguiram fazer deste povo seus vassalos, apesar de estes terem um grande efectivo. Só em 1914, a quando da chegada da primeira expedição, com o COR Massano de Amorim, é que se conseguiu conquistar esta região para que conseguissem abrir uma estrada utilizando não só os militares da expedição, mas também os povos conquistados (Pires, 1924).

<sup>26</sup> Esta região cobria uma zona estreita e fértil de cerca de 45 000 hectares e era considerada de apreciável valor económico e militar (Martins, 1938).

*“Quionga para além de ter um valor económico e estratégico apreciável funcionava sobretudo como símbolo de um poder que se queria afirmar muito para além das suas capacidades reais...”* (Arrifes, 2004, p. 125).

<sup>27</sup> A Alemanha atacou surpreendendo o posto militar de Maziúá, às 5 horas do dia 24 de 1914. Consta que este ataque foi previamente preparado (Martins, 1945, p. 54).

*staff*", com o objectivo de tornar uniformes a prática de defesa das colónias, razão pela qual, no início da primeira guerra mundial a Inglaterra estava com o seu plano de defesa bem elaborado (Arrifes, 2004).

Esses planos de defesa, anteriormente referidos, não davam muita importância a questões externas<sup>28</sup>, porque consideravam que o perigo era interno, razão pela qual, os cargos militares eram ocupados pelos civis que acumulavam as funções militares com as suas actividades profissionais que estavam ligadas ao comércio. Como se estava em tempo de paz e procurava-se minimizar as despesas, nas forças coloniais, não existiam oficiais de logística nem de serviço de saúde, pois, o objectivo da Inglaterra era controlar as agitações no interior da colónia.

Esta potência acreditava que o esforço defensivo da colónia, em relação à ameaça externa, deveria ser o poder naval, porque para esta, era muito provável que a ofensiva inimiga fosse de carácter naval e contra objectivos, também, navais da colónia inglesa, visto que a Inglaterra nesta época era uma das maiores, se não a maior, potência naval. O que fazia com que a Inglaterra desse menos importância às forças terrestres, por isso, passaram a ser pequenas quando comparadas com a dimensão dos seus territórios em cada uma das suas colónias (Arrifes, 2004).

## **2.4. ALEMANHA**

A Alemanha<sup>29</sup>, nos primórdios da primeira grande guerra, não tinha planos de defesa das suas colónias bem definidos, tal como as demais colónias europeias, pois esta potência sempre teve em conta que as colónias europeias nunca iriam desperdiçar forças e meios em combates fratricidas em África, razão pela qual, algumas das suas colónias não estavam preparadas para enfrentar um combate de grande intensidade, e em caso de ataque por parte de uma colónia vizinha, esta não teria capacidade de defender o seu território, em África, apesar de possuírem soldados indígenas<sup>30</sup>, que na sua maioria eram bem treinados e bastante bem equipados (Pires, 1924).

Esta colónia tinha por hábito fazer o recrutamento dos seus soldados indígenas em tribos consideradas guerreiras que, por sua vez, eram treinados por oficiais, vindos da

---

<sup>28</sup> O que, segundo Arrifes (2004), a Inglaterra não se terá apercebido, até ao início da grande guerra, que a Alemanha era uma potencial ameaça e que as suas colónias deveriam ter sido consideradas alvos militares prioritários.

<sup>29</sup> *"A África Oriental alemã tinha uma superfície de 995 000 Km2, continha uma população de cerca de 7650 000 habitantes de diversas raças... A antiga colónia alemã era limitada a Oeste pelos grandes lagos equatoriais, que tem atraído maior interesse geográfico, por esses lagos se ligarem aos rios Nilo e Zambeze...."* AHM. 2ª Div. 7Secª. Doc 53. Cx5. 1º Relatório: Nevala – campanha de Moçambique p. 7.

<sup>30</sup> Os soldados indígenas das colónias alemãs eram chamados de Askaris.

metrópole, bem competentes, o que fazia com que estes, soldados indígenas, atingissem um nível de treino bastante elevado. O seu equipamento resumia-se num alforge<sup>31</sup>, cinturão, cartucheira cantil e um cobertor, o armamento era de boa qualidade e acessível a todos soldados. O alistamento dos indígenas era de 5 anos e em cada 2 destes tinham direito a um criado.

A Alemanha sentiu a necessidade de melhorar os seus planos de defesa, visto que este estava bastante vulnerável, para tal apostou no uso das tropas indígenas porque não tinham muitos alemães nas suas colónias. No Leste do continente africano esta potência apresentava um pensamento estratégico bem definido, com os objectivos devidamente estruturados “*para uma eventual acção militar resultante de um conflito na Europa*” (Arrifes, 2004, p. 82). Esta estratégia de defesa do Leste africano foi pensado pelo comandante militar da região, Von Lettow Vorbeck, que consistia na implementação de um conjunto de acções militares, fundamentadas no princípio de evitar a dispersão de forças, deste modo, poderia concentrar os seus escassos recursos humanos e materiais, com o objectivo de lançar acções de carácter ofensivo ou defensivo (guerrilha) de modo a obrigar o inimigo a comprometer parte do seu esforço no continente africano e não na Europa<sup>32</sup> (Arrifes, 2004).

Esta potência europeia, devido aos escassos recursos humanos e materiais, para melhor guarnecer as suas colónias, usavam um sistema de controlo fronteiriço, em que estas se encontravam ligadas entre si através de uma linha telegrafa, o que permitia não só o rápido acesso às zonas de conflito, mas também, uma rápida mobilidade às suas forças. Possuía ainda um conjunto de potentes antenas, em Kamina, no Togoland e em Dar Es Salam, que permitia fácil contacto com a metrópole (Berlim). O facto de estas antenas facilitarem o comando e controlo das forças alemãs, passaram a ser consideradas alvos remuneradores, isto é, alvos militares. É de salientar que estas forças não eram móveis o suficiente para intervir em tempo oportuno, em caso de um ataque a um posto fronteiriço. Isto porque a Alemanha durante a sua ocupação colonial, tal como Portugal, não apostou nas infra-estruturas, nem nos caminhos-de-ferro, pois estes eram insuficientes e tinham sido pensadas para fins comerciais e não militares, nem nas estradas, pois, estas últimas eram poucas. Por sua vez, os sistemas de reabastecimento não tinham sido pensados para conflitos de longa duração (Pires, 1924).

A margem norte do Rio Rovuma estava Ocupada com uma malha de postos militares fronteiriços Alemães com capacidades de cerca de mil homens, apesar de esta área ser

---

<sup>31</sup> “*Espécie de saco fechado nas extremidades e aberto ao meio, formando dois compartimentos, que se traz ao ombro ou sobre a montada*”. <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/alforge> consultado a 29 de Julho de 2011. Enciclopédia e dicionários Porto Editora.

<sup>32</sup> Desta maneira, a Alemanha fazia com que os seus opositores desviassem um grande número de homens e de recursos do teatro Europeu para o continente africano, pois, estes países, não queriam perder as suas colónias no continente africano. Razão pela qual sentiam a obrigação de defender o seu território colonial (Arrifes, 2004).

considerada área operacional secundária (razão pela qual tinham ali menor capacidade de combate), mas mesmo assim era superior à do efectivo português. Dispunham de uma boa Artilharia (incluindo peças de navios de guerra que foram desmontados e utilizados com êxito nos combatentes em terra) e de metralhadoras pesadas e ligeiras. Por vezes as suas companhias de metralhadoras agrupavam-se em 2 ou 3 unidades tipo batalhão. Possuíam ainda como reserva, duas companhias de atiradores indígenas, um conjunto de viaturas adequadas e uma razoável rede de estradas, mas não o suficiente como referimos anteriormente, possuíam ainda meios TFS fixos e móveis. Só, em 1916, é que se desenvolve a maior actividade operacional com os efectivos, a rondar os 3 100 europeus e 13 000 indígenas (todos combatentes da 1ª linha). Isto leva-nos a crer que possuíam um elevado número de auxiliares e carregadores, visto que, cada dois homens tinha direito a um criado, para carregar as suas coisas (Arrifes, 2004).

## 2.5. O ATAQUE ALIADO

*“As hostilidades entre os aliados e os alemães, na África Oriental iniciaram-se em 8 de Agosto de 1914 quando os cruzadores ingleses Astree e Pegasus bombardearam o porto de Dar-Es-Salam e destruíram as torres telegráficas sem fios. Depois houve uma pausa no prosseguimento das operações até ao desembarque dos Ingleses em Tanga, a 3 de Novembro de 1914, que foi tão mal sucedida que tiveram de reembarcar debaixo do fogo”* (Oliveira, 1994, p. 193).

Estes sucessivos ataques, à colónia alemã, tinham como objectivos: Desestabilizar a principal fonte de riqueza da Alemanha, Tanganica, de modo, a obrigá-la a empenhar forças na sua colónia e não na Europa; Conquistar território alemão de modo a concretizar o objectivo inglês, a construção de uma linha férrea, desde o Cabo ao Cairo; Impedir a Alemanha de continuar a conquistar as colónias aliadas (como fizera com as colónias portuguesas) (Almeida, 1968).

Para obter sucesso nestes ataques, os aliados elaboraram um plano de modo a encurralar as tropas alemãs, “... entre os rios Rufiji e Rovuma, pequena parcela da antiga colónia alemã...” (Portugal, 1981 p. 35), em Tanganica. Ou seja, a Inglaterra, que tinha um grande poder naval, iria atacar na direcção Este-Oeste, a Bélgica iria atacar na direcção Oeste-Este e Portugal deveria deter os alemães, de modo a que, estes não atravessassem o rio Rovuma, e assim encurralava-se os alemães. Contudo, Portugal só entrou neste conflito depois da Inglaterra e da Bélgica terem iniciado o cerco as forças alemãs (Portugal, 1981).

## CAPÍTULO III

### AS CAMPANHAS MILITARES DE 1914-1916

#### 3.1. 1ª EXPEDIÇÃO

No dia 18 de Agosto de 1914, foi decretado, pela primeira vez, o envio de uma expedição a Moçambique, sendo destacado como comandante, de cerca de 1 500 militares, o TCOR Pedro Francisco Massano de Amorim<sup>33</sup>. Este contingente tinha como uma das principais finalidades a recuperação e guarnição da fronteira Norte de Moçambique e obedecia à seguinte constituição: 1 Batalhão do Regimento de Infantaria; 1 “*Bateria*” do Regimento de Artilharia de Montanha<sup>34</sup>; 4º Esquadrão de regimento de Cavalaria 10; Pessoal de Engenharia; Pessoal de Serviço de Saúde do 2º Grupo de companhia de Saúde<sup>35</sup> (Oliveira, 1994)

Segundo Oliveira (1994), as tropas Portuguesas embarcaram, de Lisboa para Moçambique, no dia 11 de Setembro de 1914, no cais de desinfecção no navio Britânico, Durban Castle, e sob a sua protecção. Era preciso que este navio fosse escoltado porque os cruzadores alemães poderiam atacar a qualquer momento. Chegaram a Lourenço Marques, a 16 de Outubro de 1914, logo de seguida foram transferidos para um navio Moçambicano e só chegaram ao Porto Amélia, no dia 1 de Novembro do mesmo ano. Esta chegada não foi nada satisfatória por parte da expedição, porque “*a companhia de Niassa tinha poucos recursos e pouco domínio sobre os indígenas, não tendo nem sequer arranjado carregadores e a província também mostrou possuir pouca iniciativa*” (Almeida, 1968, p. 266). Esta “*falta de iniciativa da colónia e também da metrópole foi repetida em cada uma das seguintes expedições, sendo constantemente necessário improvisar expedições*” (Martins, 1938, p. 135). Para melhor entendermos o porque desta expedição ter sido um fracasso, é essencial sabermos como é que estes homens, militares que faziam parte da expedição, foram recrutados. “*De improviso*” dizia Martins, autor do livro Portugal na grande guerra “*sem obedecer as regras de mobilização, organizaram-se o batalhão em pequenas fracções o destacamento*”. Todavia, para o governo se assegurar que conseguia recrutar

---

<sup>33</sup> “*Tenente-Coronel Pedro Francisco Massano de Amorim foi um oficial com muita experiência em campanhas coloniais, pois, foi governador do distrito de Moçambique, tendo contribuído para a sua ocupação em 1910; também desempenhou as funções de chefe da repartição militar no Ministério das colónias*” (Martins, 1938, p. 134).

<sup>34</sup> Composição da bateria – CMDT: Capitão Noberto Ferreira de Guimarães. Subalternos: Tenente Abel Nunes Perestrelo de Vasconcelos e os Alferes Joaquim Plácido Duarte Silva e Alfredo Pedro Almeida. Médico: Tenente médico José Augusto Da Silva Xavier Nogueira. Veterinário: Alferes veterinário Adrião José Afonso de Castro. Provisor: Alferes do S.A.M. José Gomes Ferreira Soares de Mesquita. CONSULTAR A (O.E. nº20 – 2.ª série, de Agosto de 1914) (Almeida, 1968).

<sup>35</sup> Ver Anexo H – ORGANIZAÇÃO E EFECTIVOS DAS EXPEDIÇÕES.

peçoal suficiente, teve de publicar um decreto que tinha como objectivo facilitar a entrada de voluntários, praças licenciadas e graduados oferecidos, o que levou a que esta expedição tivesse peçoal mal comportado e com poucos valores militares, como é o exemplo; da falta de espírito de corpo entre os camaradas da expedição (Oliveira, 1994).

Não só a falta de meios impossibilitou a recuperação de Quionga, mas também, admitisse que estes não conseguiram cumprir a sua missão, devido ao desentendimento existente entre o comandante da expedição e o governador-geral, consta que este último intrometia-se na condução das operações militares, sem ter competência para tal.

O comandante, Massano de Amorim, foi a alma desta primeira expedição porque não só conseguiu reforçar as guarnições dos postos da fronteira ao longo do Rovuma, conseguindo, deste modo, uma constante vigilância sobre os postos fronteiriços alemães, como também, conseguiu montar ligações telegráficas e abriu estradas para facilitar o acesso a esses postos (Almeida, 1968).

Durante o ano de 1915, os alemães tentaram revoltar os indígenas dos territórios da companhia de Niassa, próximos do Rio Rovuma, fazendo-lhes acreditar que a Alemanha protegia o islamismo, o que foi descoberto antecipadamente, e anulada pela expedição portuguesa. Esta tentativa, dos alemães, fez com que no dia 15 de Agosto de 1915 o governador-geral transmitisse ao comandante de expedição a nova missão que tinha sido atribuída pela metrópole: a recuperação de Quionga e a Invasão do território Alemão ocupando, deste modo, uma faixa do terreno na margem norte do rio Rovuma (Oliveira, 1994).

Contudo, esta nova missão era demasiado pesada para o efectivo desta expedição, que se encontrava fraco, disperso por vários postos e bastante enfraquecidos devido ao clima da região, que provocava não só a fadiga mas também a incapacidade física que, por sua vez, acarretava “*frouxidão*” e o enfraquecimento mental dos militares, mas também, desanimava os mais esforçados. Com o mau clima agravaram-se os problemas de higiene que estes militares tinham, o que fazia com que estes não permanecessem mais de um ano na expedição, pois, encontravam-se já bastante exaustos, portanto, não tinham nenhum poder ofensivo, razão pela qual, em Outubro de 1915, a metrópole enviou para Moçambique a segunda expedição com o objectivo de reforçar a primeira.



### **3.2. 2ª EXPEDIÇÃO**

#### **3.2.1. A RECUPERAÇÃO DE QUIONGA**

Depois de um ano calmo do ponto de vista operacional, visto que nenhum dos contendores tomou a iniciativa de ataque, e bastante agitado, devido às tarefas que a expedição tinha de efectuar para cumprimento da sua missão, surge a oportunidade de esta força ser reforçada com um novo contingente, a segunda expedição, capaz de cumprir a nova missão atribuída pela metrópole. Esta nova expedição, sob comando do Major de Artilharia, José Luís Moura Mendes, embarcou para Moçambique em Outubro de 1915, juntamente com o Governador-geral, Dr. Álvaro De Castro<sup>36</sup>, chegando ao norte de Moçambique no dia 07 de Novembro do mesmo ano.

Tal como a primeira expedição, esta nova força enfrentou as mesmas dificuldades que a anterior, isto é, foi preparada à pressa, razão pela qual levou a mobilização do pessoal doente. Estas doenças não eram incapacitantes, mas dificultavam a adaptação dos soldados ao clima de Moçambique, associado a isto estava a má preparação das praças que fazia com que muitos destes fossem punidos por razões disciplinares. Os serviços de saúde eram inadequados, os medicamentos e os géneros alimentícios eram insuficientes, não só por causa da má preparação da expedição, mas também, devido ao facto de muitos géneros estarem deteriorados à chegada (Oliveira, 1994).

Grande parte do material de guerra e solípedes foram recebidos da expedição anterior e a nova expedição era constituída da seguinte maneira: o Chefe do Estado-Maior, 1 Batalhão do Regimento 21; 1 Bateria de Metralhadoras do 7º Grupo de Metralhadoras; 1 Bateria do Regimento de Artilharia de campanha; 1 Esquadrão do Regimento de Cavalaria<sup>37</sup>.

Uma das maiores preocupações, do comandante desta expedição, foi o facto de não ter militares bem treinados, e também, por não ter recebido elementos de informação das forças que sucederam, mesmo tendo recebido alguns homens experientes, como reforço da expedição. Contudo, esta expedição teve a vantagem de encontrar já abertos alguns itinerários, que no tempo seco, permitiam a circulação de viaturas automóveis.

A ocupação da fronteira do Rovuma tinha sido organizada em dois sectores de defesa:

- 1º Sector, desde a foz do rio Rovuma até a confluência do Rio Lugendo, esta já era uma região conhecida.
- 2º Sector, desde a foz do Rio Lugendo até ao lago Niassa.

---

<sup>36</sup> Foi Capitão de Infantaria, bacharel em Direito e professor das escolas Militares e colonial; foi ministro e presidente do conselho, com apenas 36 anos, e tinha uma grande ambição de servir bem a república (Martins, 1934).

<sup>37</sup> Ver Anexo H – CONSTITUIÇÃO E EFECTIVOS DAS EXPEDIÇÕES.

O primeiro sector foi dividido em dois comandos militares, um com a sede localizada em Palma, este, por sua vez, era constituída por uma companhia de Infantaria indígena da colónia, e o outro comando, com a sede em Mocimboa do Rovuma, dispunha de outra companhia indígena. Este sector, ainda, dispunha de mais duas companhias indígenas, que pertenciam à companhia do Niassa, caracterizadas por terem um fraco valor militar. E, para além destas companhias, foram disponibilizadas mais cem indígenas do corpo da polícia da companhia (Martins, 1938).

O segundo sector, que tinha a sede localizada em Macaloge, era guarnecida por uma companhia indígena.

A fronteira, entre o lago Niassa e o Oceano Índico, tinha uma frente avaliada em 900 km, esta área apesar de ser vasta só possuía três zonas de penetração (as faixas do litoral do Oceano e do Lago, ao centro o Rio Lugenda), razão pela qual os postos estavam dispersos ao longo do Rio, e com a maior concentração das forças ao longo do litoral, principalmente, na região do Negomano à foz do Rio Rovuma por esta ser acedível de forma fácil. “Os postos estavam mal guarnecidos e em ocupação linear, sem reservas” (Oliveira, 1994, p. 204), mais à retaguarda estavam alguns efectivos que efectuavam patrulhamentos e reconhecimentos aos postos mais avançados. Contudo, não possuíam os meios TSF, o que fazia com que, entre os sectores existisse uma rede telegrafa com fios, sujeita a ser inutilizada aos primeiros incidentes (Costa, 1925).

O ano de 1916 foi o ano em que se intensificaram as actividades e consideram-se três fases operacionais (Oliveira, 1994) ou três objectivos segundo (Martins, 1938):

- 1.ª Fase, de Abril a Maio de 1916: recuperação de Quionga e tentativa sem êxito da invasão do território alemão pelas forças portuguesas;
- 2.ª Fase, de Setembro a Novembro de 1916: Invasão do território alemão pelos portugueses até NEVALA, seguida de retirada
- 3.ª Fase, de 25 de Novembro de 1917 a 28 de Setembro de 1918: invasão do território moçambicano por forças alemãs até próximo de Quelimane (Nhamacura). Limitada reacção dos portugueses e britânicos. Posterior retirada dos invasores<sup>38</sup> (Oliveira, 1994).

A recuperação de Quionga só foi possível depois da declaração de guerra a Portugal por parte da Alemanha, no dia 09 de Abril de 1916. A missão foi transmitida em finais de Março de 1916, através de um plano elaborado pelo governador-geral que previa o seguinte:

- Recuperar QUIONGA, como objectivo principal;
- Ocupar o território ao norte da foz do Rovuma, acção não prioritária, mas considerada

---

<sup>38</sup> Entre as fases, consideradas de maior empenhamento entre as duas forças envolvidas na luta, foram registados muitos assaltos, combates fronteiriços, amiudados reconhecimentos, incursões, abandono e recuperação de postos (Oliveira, 1994).



importante;

- Atacar o núcleo principal alemão em Táбора, através de uma operação conjugada com os Britânicos. A ligação séria efectuada a norte de Songea.

Para alcançar o objectivo principal, foi organizado um destacamento<sup>39</sup> sob comando do Major Portugal Da Silveira, em Porto Amélia, que deveria proceder a reconhecimentos em território alemão e ocupar as povoações costeiras. Este destacamento foi transportado por um vapor até Palma onde recebeu de reforço a 20ª companhia indígena de Infantaria. “A marcha de Palma para Quionga (cerca de 12 km), e a sua ocupação em 10 de Abril, foi feita sem incidentes, pois a localidade estava desocupada” (Oliveira, 1994, p. 205). Mas não bastava, somente, conquistar Quionga, era também necessário ocupar e garantir a segurança em volta do triângulo de Quionga, que tinha sido abandonado pela Alemanha e era caracterizado por possuir valiosos terrenos para a agricultura, palmais e arrozais, fez com que fossem montados na margem direita do Rovuma postos auxiliares<sup>40</sup>.

Mais em frente, a 34 km do último posto, foi organizada uma frente de cerca de 50 km a partir do mar, com o objectivo de servir de base de apoio para os objectivos de Mikindani e Lindi, que se localizavam a, respectivamente, 60 e 100 km do rio<sup>41</sup> (Oliveira, 1994).

Os alemães, ao contrário dos portugueses, dispunham, na margem Norte do Rio, de postos<sup>42</sup> militares de alvenaria o que em parte poderia dificultar ainda mais a conquista destes mesmos postos. E Portugal, por sua vez, ocupou a região ao Sul do Rio, que era considerada bastante propícia a doenças, razão pela qual em pouco tempo já considerava 545 homens, como inaptos. Porém, “a parte terminal da foz nas duas margens era acautelada, por corresponder à melhor área de travessia em qualquer dos sentidos” (Oliveira, 1994 p. 206).

Tal como a primeira, a segunda expedição, também, sentiu a necessidade de ser reforçada ou mesmo substituída pelo facto de os militares se encontrarem bastante desgastados pelas doenças<sup>43</sup> e já não tinha condições de continuar a cumprir a sua missão. Razão pela qual, já se estava a tratar de uma 3ª expedição para os substituir.

---

<sup>39</sup> Com a seguinte constituição: 1 companhia do Batalhão de Infantaria 21; 1 Bateria de Artilharia de campanha (m/82); 1 Pelotão de Cavalaria; auxiliares e carregadores indígenas.

<sup>40</sup> Postos auxiliares de Namoto, Namaca, Nhachinamoca.

<sup>41</sup> Segundo (Martins, 1938) as cidades de Mikindani e Lindi distavam respectivamente a 25 e 60 km da foz do rio Rovuma.

<sup>42</sup> Em N'gomba, Michinga, Marunga e Tchidia.

<sup>43</sup> Os portugueses tinham proporcionalmente mais doentes, Europeus, do que os Aliados ou adversário, porque os seus soldados não tinham a mínima higiene e a maior parte dos graduados possuíam doenças como sífilis, tuberculose e paludismo. Os soldados portugueses também não gostavam de beber água fervida (devido ao cheiro e sabor repugnante) nem de tomar a medicação (Oliveira, 1938).

### 3.2.2. TENTATIVA DE TRAVESSIA DO ROVUMA

Depois de alcançado o primeiro objectivo, a recuperação de Quionga, a Alemanha teve, pela primeira vez, a iniciativa nas operações, fazendo fogo de metralhadoras na margem Norte do Rovuma sobre o posto de Namôto, o que fez com que as forças portuguesas abandonassem de forma precipitada este posto, começando pelos graduados e seguidos pelas forças indígenas. Estes últimos saíram com alguma indignação, tendo só depois de chegarem a Quionga, reorganizando o pelotão com outros graduados e voltaram a reocupar o mesmo posto que nos princípios de Maio de 1916 foi reforçado com duas peças de Artilharia (Bronze m/82).

As acções de ambos os lados não eram significativas, isto é, não passavam de ocupação de alguns postos, principalmente, os que encontravam junto ao mar, com o objectivo de manter divididas as forças portuguesas, e o abandono de outros, todavia, só a ocupação do posto de Chivinde representou a maior penetração.

No dia 18 de Maio, o governador-geral embarcou em Lourenço Marques com destino ao Rovuma, acompanhado pelos reforços que mobilizara na colónia, formando uma companhia Europeias de infantaria de montanha, da guarda republicana de Lourenço Marques, uma companhia indígena da mesma unidade, uma companhia indígena de Infantaria<sup>44</sup> e uma Bateria de Artilharia de campanha (Costa, 1925).

O Cruzador Adamastor só chegou à foz do Rovuma no dia 19 de Maio do mesmo ano e logo começou a cooperar com a expedição que lá se encontrava, realizando reconhecimentos para a travessia do rio em pequenas embarcações e contava ainda com o auxílio da canhoneira Chaimite. No dia 21 do mesmo mês, duas lanchas do adamastor subiram o rio e fizeram fogo contra o posto inimigo, da Fábrica, pegando fogo a tudo o que era combustível sem que o inimigo disparasse um tiro (Oliveira, 1994).

No dia 23, a marinha tentou desembarcar as suas forças na margem inimiga, mas sem sucesso porque foi alvejada pelas metralhadoras alemãs e foi obrigada a retirar com algumas baixas<sup>45</sup> (com 3 mortos e 6 feridos) voltando a tentar uma nova travessia<sup>46</sup>, com o objectivo de conquistar novamente o posto da fábrica, quatro dias depois, “*á viva força*” junto à foz do Rovuma, tendo como auxílio a canhoneira Chaimite, que entrou no rio fazendo fogo sobre a margem norte, e o cruzador adamastor, que por falta de fundos não podia passar a

---

<sup>44</sup> Considerada a elite pelo facto de todos os oficiais desta companhia terem o curso de Infantaria (Oliveira, 1994).

<sup>45</sup> AHM. COR Azambuja Martins. 2ª Div, 7ª Sec, Caixa 53, Doc nº 5. 1º Relatório de Nevala – campanha de Moçambique.

<sup>46</sup> Melhor preparada que a primeira, pois tinha sido preparado fogo de Artilharia das 8 as 9 horas, com duas Baterias de montanha (7,5TR – Canet e a Bronze m/82) que estaria a cooperar com a Artilharia do Adamastor e da Chaimite (Martins, 1934).

barra.

Às 9 horas, tentou-se a passagem do rio, para tal foram seleccionados dois vaus, o de Namaca e o de Namiranga, cada vau era constituída por uma coluna, sendo a primeira a Leste e a segunda a Oeste<sup>47</sup>.

A coluna à esquerda (Oeste) conseguiu atingir a ilha que se encontrava mais próxima da margem alemã, a 150 metros, atravessando os canais “*ora em vau ora em balieiras*” (Martins, 1938, p. 149) tendo sido alvejada por fogo intenso de metralhadoras alemãs, contudo conseguiram “*calar*” uma metralhadora alemã e tomaram a sua posição de modo a apoiar a coluna da direita (Leste). Mas quando os elementos da coluna a Leste já se encontravam em suas balieiras a 200 metros da margem Norte, foram dizimados pelas forças alemãs que abriram fogo intenso com duas metralhadoras, encalhando deste modo as balieiras e desorganizando a “*flotilha*” que se viu obrigada a retirar com três oficiais e trinta praças mortos, quatro oficiais e vinte praças feridos, dois oficiais e seis praças prisioneiros. Portanto, devido ao insucesso da coluna a Leste foi dada a ordem de retirar a coluna a Oeste terminando, desta maneira, às 15 horas e 30 minutos, o combate apelidado de Namiranga ou “Namaca” por ter tido maior intensidade em frente deste último posto.

O insucesso do combate de Namaca não só deixou pouco activa e desgastada a 2ª expedição, como também, deixou ainda mais baixa, do que já estava, a moral das tropas. Este período, também, foi caracterizado pela pouca actividade das forças portuguesas, em que as forças alemãs tomaram a iniciativa atacando os diversos postos ao longo da fronteira, com o objectivo de desgastar e de fixar as forças portuguesas, evitando deste modo, a concentração de meios que possibilitassem a invasão da colónia alemã.

Segundo Oliveira (1994), os militares brancos alemães, ao contrário dos portugueses, estavam muito melhor preparados para a guerra. Estes pintavam o rosto e as mãos de preto e vestiam o fardamento dos Askaris, o que deixava as forças portuguesas em dúvida sobre o efectivo de militares brancos e negros usados pela Alemanha.

Tendo em conta que Portugal, ao contrário da Alemanha, apostava mais no uso de militares vindos da metrópole e não nas forças nativas, surge então a necessidade de reforçar, ou mesmo de substituir, as forças da 2ª expedição que já nesta altura, se encontravam bastante debilitados e muito fracos fisicamente iniciou-se a preparação da terceira expedição.

---

<sup>47</sup> A coluna a Leste era formada pela Companhia de Infantaria 21, uma Companhia indígena do Niassa da 20ª Companhia de Moçambique, uma Bateria do 1º Grupo de metralhadoras, esta com material Maxim e uma Bateria de Bronze, de tiro lento. Por sua vez a coluna a Oeste era constituída por uma outra Companhia de Infantaria 21, dois pelotões indígenas da 20ª Companhia e por uma bateria de 7 cm, de tiro rápido, da 5ª Bateria do Grupo de Montanha (Martins, 1938).

## CAPÍTULO IV

### AS CAMPANHAS MILITARES DE 1916-1918

#### 4.1. 3ª EXPEDIÇÃO

Segundo Martins (1934), a expedição mais forte que alguma vez se tinha enviada para o ultramar<sup>48</sup>, foi organizada com base no decreto de 25 de Maio de 1916 e era comandada pelo General José César Ferreira Gil<sup>49</sup>. Este oficial era considerado muito disciplinador, razão pela qual, foi escolhido para comandar uma tropa bastante indisciplinada, e com um *espírito de corpo* e de camaradagem quase nula (Costa, 1925).

Esta expedição estava prevista sair de Lisboa na segunda quinzena de Abril, razão pela qual, os navios já se encontravam carregados de material e de mantimentos, mas o facto da partida ter atrasado, devido a greves causadas pelos estudantes, fez com que, grandes quantidades de víveres se deteriorassem. Portanto, só no dia 28 de Maio parte da expedição embarcou a bordo do vapor *Portugal*, e as restantes forças foram partindo até ao mês de Outubro<sup>50</sup>. Ao todo a terceira expedição era constituída da seguinte maneira: Chefe do Estado-Maior, Chefe do Serviço de Saúde, 3 Batalhões do Regimento de Infantaria, Duas Companhias do Regimento 21; 3 Baterias do Grupo de Metralhadoras; 1 Grupo do Regimento de Artilharia de Campanha; Companhia mista de Engenharia; Serviços de Engenharia; Secção de Telegrafia sem fios; Companhia de Automóveis; Hospital provisório; Serviço de Veterinária; Serviços Administrativos<sup>51</sup>.

Durante o treino desta expedição, na metrópole, houve muitos problemas com a alimentação, o que fez com que os militares, como forma de protesto, desobedecessem aos seus superiores, ou seja, os militares passaram a não aceitar receber o rancho, o que, gerava um ambiente de indisciplina e fez com que a instrução fosse suspensa, transferindo os militares para Lisboa, onde ficaram, sem nenhum tipo de treino nem controle, aguardando pelo embarque para Moçambique (Martins, 1938).

Todavia, o verdadeiro motivo da insubordinação “*esteve na convocação, em 4 de Maio, de estudantes do batalhão 23 para as escolas preparatórias dos quadros, medida esta entendida como a excepção que visaria evitar a mobilização para a guerra dos filhos de famílias ricas*” (Oliveira, 1994, p. 211). Para fazer frente a esta situação o comandante da

---

<sup>48</sup> Foi a que recebeu mais louvores e medalhas, em relação às duas anteriores, por ter muito espírito de camaradagem e possuírem valores e disciplina militares.

<sup>49</sup> Sem experiência colonial e nem os seus estudos profissionais se orientavam no ramo de conhecimentos militares. Ordem do exército nº11- 2ª série, de 30 de Maio de 1916.

<sup>50</sup> Nos navios Moçambique a 3 de Junho, Zaire a 24 de Junho, Machiço a 28 de Junho, Amarante a 18 de Julho e por fim o navio Beira em Outubro.

<sup>51</sup> Ver o Anexo H – ORGANIZAÇÃO E EFFECTIVOS DAS EXPEDIÇÕES.

expedição determinou um programa de instrução, compatível com a realidade que iriam encontrar, a ministrar às tropas durante a viagem a Moçambique.

A quando da chegada do primeiro navio a Lourenço Marques, a 27 de Junho e à área de operações (Palma) a 5 de Julho, os militares continuaram com os treinos com vista a melhorar o nível geral de preparação para a guerra e com vista a acabar com os desmandos e a passividade das tropas<sup>52</sup>.

Esta expedição recebeu, da expedição anterior, mais material de guerra e gado do que, propriamente, o pessoal, visto que, na sua maioria tinham sido repatriados por causa de doenças ou mesmo por se encontrarem incapazes nos hospitais esperando regresso a Lisboa. Esta situação era agravada, não só, pela deficiente alimentação, mas também, pelas condições ambientais que eram de difícil adaptação. Resolveu-se, então, criar companhias indígenas, mas estas, só com quatro meses de treino, ao em vez, de quatro anos como era habitual, com o objectivo de resolver o problema do norte de Moçambique (Oliveira, 1994). Portanto, por proposta de Portugal e após a coordenação entre os governos aliados (Grã-Bretanha e Bélgica), foi fixada a missão de invadir os territórios alemães e, para tal, seria necessário atravessar o rio Rovuma, com o objectivo de atingir as proximidades do rio Rufigi, de modo a, atrair as forças alemãs e, deste modo, aliviar a pressão exercida sobre objectivos inicialmente alcançados pelos aliados.

#### **4.1.1. A OFENSIVA PORTUGUESA**

A ofensiva começou com a realização de reconhecimentos (no dia 15 de Agosto, muitas vezes à noite, sob fogo inimigo e sob a ameaça de crocodilos) que eram considerados cruciais para a realização de um estudo topográfico; marcado pela descoberta “*valiosa*” de um vau do Rovuma, no triângulo de Quionga, abandonado pelos alemães; completo e cuidado sobre a região<sup>53</sup> (Costa, 1925).

Nas duas margens do Rovuma a situação militar era de estreito contacto sendo habitual a troca de tiros, ou seja, muitas vezes os alemães atacavam os postos portugueses de surpresa, com audácia e muito valor, algo que as forças portuguesas pouco possuíam, apesar disso, o general não pedia reforços porque considerava que a acção decisiva não seria junto a foz. Porém, preparou movimentos ofensivos simultâneos, em Mocimboa do Rovuma e no Unde, considerados objectivos secundários de útil ocupação (Costa, 1925).

---

<sup>52</sup> O General determinou que as tropas tivessem instrução táctica e de tiro quando não houvesse outro serviço; instrução sobre disciplina e saúde; sobre a utilização de latrinas de campanha, sobre o controlo de doenças, sobre a retirada dos impedidos aos oficiais que deixassem a frente de combate e por fim sobre a fiscalização das juntas hospitalares de inspecção (Oliveira, 1994).

<sup>53</sup> Durante o reconhecimento foram fixados vaus de Nacoâ e, Namoto e também, foram recuperados no médio Rovuma, a região de Maziva (Oliveira, 1994).

A data prevista para a travessia do rio Rovuma, com o objectivo de ocupar Nevala (1º objectivo) comportava duas colunas, não sendo consensual, pois, segundo Martins (1935), a data prevista para a travessia teria sido entre os dias 17 a 19 de Setembro e para Oliveira (1994), a data prevista de travessia eram os dias 18 ou 19 do mesmo mês, mas só no dia 18 Setembro, a *coluna negra*<sup>54</sup> (a mais pequena), efectuou a travessia do rio<sup>55</sup>, com a finalidade de efectuar uma manobra de diversão antes do ataque principal, e seguiu para Migomba, em frente de Namôto, onde as duas colunas se deviam agrupar (Martins, 1938).

Na manhã do dia 19, a coluna principal<sup>56</sup> (na margem esquerda), comandada pelo comandante da 3ª expedição, atravessou o rio junto à foz nos vaus de Namôto e Nacoa, sem nenhum incidente, pois as forças alemãs já tinham abandonado os seus postos de defesa.

Após a travessia do rio e da instalação de uma base de operações provisória foi enviado um forte destacamento, de reconhecimento, para a povoação de Mikindami, onde estabeleceram ligação com as tropas indianas que ocupavam esta povoação, o que, por sua vez, permitiu que fosse estabelecida uma linha telegráfica desde a base de operações até esta região (Oliveira, 1994).

Para valorizar o esforço realizado pela expedição, o comandante da expedição, pretendia continuar a operar pelo vale do Rovuma e mais tarde avançar para o Norte em direcção a Liwale, região onde se supunha estarem guardados os prisioneiros portugueses. Para alcançar estes objectivos foram definidos dois alvos: a povoação de Nevala e a de Massassi, pelo facto das melhores linhas de comunicações se dirigirem por estas regiões<sup>57</sup>.

Na região de Nevala encontrava-se um forte de alvenaria, considerado difícil de atacar, pois, localizava-se num planalto, o que fazia deste forte um adequado posto de observação, portanto para o conquistar seria necessário e indispensável proceder ao reconhecimento dos acessos passando por Maúta (Costa, 1925).

No dia 4 de Outubro à noite, os alemães surpreenderam e emboscaram, na região de Maúta, as forças portuguesas<sup>58</sup>, que tinham sido incumbidas de conduzir o reconhecimento, obrigando-as a retirar e entrincheirarem-se um pouco mais à retaguarda. Nessa mesma noite, os alemães continuaram a pressionar as forças entrincheiradas obrigando-as a retirar

---

<sup>54</sup> Também conhecida como *coluna de Nhica*, comandada pelo Capitão Severino Joaquim Gordo, da 11ª Companhia do Regimento de Infantaria 23, era constituída por duas Companhias Indígenas, duas companhias de Infantaria 23, uma Bateria de metralhadoras com 4 armas, duas peças de Artilharia, um pelotão de Infantaria montada e auxiliares e carregadores indígenas (Costa, 1925).

<sup>55</sup> No vau de Nhica a 40 km da foz.

<sup>56</sup> Tinha os seguintes meios: 120 oficiais, 4060 praças, 2682 espingardas, 10 metralhadoras, 12 peças de Artilharia de tiro rápido, uma peça de artilharia marinha (levada até ao posto de Mamôto com grandes dificuldade) e bastantes auxiliares e carregadores.

<sup>57</sup> Ver o Anexo I – A OFENSIVA DAS TROPAS PORTUGUÊSAS.

<sup>58</sup> Constituídas por 3 Companhias indígenas: a 21ª Companhia, a 24ª comandada e a Bateria de metralhadoras, e um número considerável de carregadores e auxiliares.



para o posto de Nichichira (a 30 km), onde reencontraram a companhia que haviam deixado a guarnecer este posto, e esperaram por reforços que o general se apressara em enviar, todavia, no dia 6 de Outubro os alemães continuaram com a perseguição até ao posto, onde foram repelidos (Martins, 1938).

#### **4.1.1.1. AS COLUNAS DE MASSASSI E OS COMBATES DE NEVALA**

As forças que falharam no reconhecimento de Nevala foram enviadas para reforçar a coluna de Massassi<sup>59</sup>, sob comando do Major José Pires, com o objectivo de progredir para Nevala e só depois para Massassi. Todavia, a progressão era lenta, e face à passividade e à falta de agressividade das tropas, o comandante da expedição decidiu reforçar a coluna. Porém, mesmo depois de reforçada continuou inactiva e sem progredir, alegando existirem diversas dificuldades na aquisição de víveres (Oliveira, 1994).

Depois de fracassada a tentativa de ocupar o Alto da Serra e a Serra de Mangade, o chefe de estado-maior da expedição, Major Azambuja Martins, decidiu que *“a coluna de Massassi passaria por Leste atacando pelo lado do planalto, enquanto, com forças a sua disposição<sup>60</sup> progredia sobre Nevala pelo Sul”* (Oliveira, 1994, p. 215).

Depois de muitas dificuldades, devido à falta de víveres, a coluna de Massassi só iniciou a marcha após verificar a progressão do destacamento do Chefe do Estado Maior. Contudo, esta coluna não usou o itinerário marcado na ordem de marcha progredindo ao longo do rio Rovuma porque avistou o dispositivo de reconhecimento avançado que estava em Nichichira, passando desta maneira, a conjugar a acção em duas frentes, atacando deste modo, não por Leste, mas sim por Sul (Martins, 1938).

No dia 22 de Outubro, dá-se o combate da Ribeira de Nevala, 5km a Sul de Nevala, em que os alemães viram-se obrigados a abandonar os seus poços de água, no posto de Namitema, e entrincheiraram-se 2km do Sul de Nevala, aguardando nesse local pela ofensiva de Portugal, de 22 a 26 de Outubro.

Depois de ocupadas as trincheiras abandonadas pelos alemães, em Nichichira, as forças portuguesas organizadas em 3 colunas, conquistaram, no dia 26, sem muita resistência o Fortim (posto de Nevala) e para garantir a sua segurança foi içada a bandeira portuguesa e instalados os postos avançados de vigilância<sup>61</sup> (Costa, 1925).

Depois dos Britânicos ocuparem a região de Míkindane, outrora objectivo de Portugal, o

---

<sup>59</sup> Esta coluna passou a ser constituída por 5 companhias indígenas, duas companhias de Infantaria 28, duas Baterias de metralhadoras, 4 peças de Artilharia, um pelotão de Infantaria montada, serviços de saúde, auxiliares e carregadores.

<sup>60</sup> Esquadrão de Cavalaria 3 (a dois pelotões), 3 pelotões da 17ª e 22ª Companhias indígenas de Infantaria, uma Bateria de metralhadoras e alguns carregadores e auxiliares.

<sup>61</sup> Ver o Anexo J – DEFESAS FORTIFICADAS DE NEVALA.

comandante da expedição impulsionou as forças, de modo a ocupar maior extensão do território alemão antes que os britânicos a ocupassem, e assim, depois da guerra, com a derrota da Alemanha, as regiões conquistadas passavam a ser consideradas, território português. Então, era necessário progredir rapidamente para Liwale (Martins, 1938).

Para continuar a ocupação do território alemão, foi destacada uma força que em 28 de Outubro marchou em direcção a Massassi, passando pelo posto alemão de Lulindi, que nesta altura se encontrava abandonado, porém haviam colocado obstáculos ao longo do itinerário, que por sua vez, obrigou as forças a regressar a Nevala.

No dia 5, os alemães tomam iniciativa atacando o posto de Maúta, sem êxito, e reocupando o posto de Lulini, preparando-se para defrontar um possível ataque da coluna de Massassi, com um efectivo bastante elevado.

No dia 7 de Setembro, chegou um novo comandante da coluna de Massassi, Major de Artilharia Leopoldo Jorge da Silva, com o objectivo de levantar a moral das forças e conquistar Massassi (Oliveira, 1994). No dia seguinte marchou para Lulindi e conquistou o posto de Lulini, mas veio a falecer dias depois porque tinha sido ferido no combate. Portanto, a morte do comandante desta coluna, paralisou a progressão da mesma porque se previa que os alemães estivessem a reunir meios para contra-atacarem.

*“A 15 de Novembro assume o comando da coluna o Major Aristides Cunha, que em breve, informado do avanço de algumas companhias alemãs, fez reunir o conselho de oficiais, que votou pela retirada para Nevala...”* (Martins, 1938, p. 166) porque os alemães haviam atacado, a 17 e 18, o posto de Mecama, importante nó na linha de comunicações. *“A coluna contava então 486 espingardas, mas com um deminuto valor militar perante o adversário, que, reforçado, tomava a contra-ofensiva, incorporando os marinheiros do cruzador Koenisber, com o seu antigo comandante Capitão Loof.”* (Martins, 1938, p. 166).

Depois da Alemanha ter reconquistado, no dia 22, o posto de Água da ribeira de Nevala, único local de reabastecimento de água para o posto de Nevala, realizou um cerco ao Fortim (Posto de Nevala) com ataques parciais, que continuaram até ao dia 25, e só no dia 26 é que realizaram o ataque principal. Ora as forças portuguesas aguentaram o cerco até ao dia 28, pois aguardavam por uma *coluna de socorro* vinda de Maúta, que não chegou a aparecer porque fora atacada e obrigada a retirar a 10 km do Fortim (Oliveira, 1994).

Em vista deste fracasso e, também, pelo facto do comandante da coluna se encontrar doente, foi reunido nessa mesma noite, o conselho de oficiais onde ficou decidido que a coluna iria retirar e abandonar o *Fortim*, rumo ao Rovuma.

Há uma controvérsia em relação à hora em que a coluna abandonou o Fortim; segundo Oliveira (1994) a coluna saiu às 20 horas, enquanto para Martins (1938) a coluna saiu às 22 horas, porém existe um terceiro autor, Costa (1925), afirma que esta coluna só saiu às 22



horas e 30 minutos; contudo esta coluna só chegou ao Rovuma no dia 30, e no dia seguinte destruíram o posto de Nangane, ficando apenas com mais dois postos, o de Mecama e o da fábrica, Norte do Rovuma<sup>62</sup>. Este último posto *“foi evacuado meses depois, por ser considerado desnecessário e fatigante para a guarnição”* (Martins, 1938, p. 169).

*“Em Dezembro começaram as chuvas torrenciais da região, subindo o nível das águas do Rovuma. Este obstáculo reforçado com as marés mais vivas, impediu a continuação da ofensiva dos alemães”* (Oliveira, 1994, p. 220) e algumas unidades, na margem Sul do Rovuma, voltaram a ser reocupadas permitindo que as forças portuguesas tomassem fôlego e uma melhor alimentação. Portanto, tal como as forças portuguesas, as forças alemãs<sup>63</sup> aproveitaram a subida do rio para recuperar alguns dos seus postos com o objectivo de guarnecer a fronteira e evitar possíveis ataques de forças portuguesas (Oliveira, 1994).

Entretanto, o comandante da 3ª expedição adoeceu gravemente e o Governo autorizou o seu regresso à metrópole, sendo substituído, em 2 de Janeiro de 1917, pelo governador-geral, Álvaro de Castro, que não conseguiu iniciar uma ofensiva, porque as forças estavam bastante desorganizadas, precisavam de ser reforçadas e estavam num período de recuperação física e moral (Martins, 1938).

Contudo, *“a penetração portuguesa no ano anterior na colónia alemã provocou uma reacção do Governo local<sup>64</sup> e do Tenente-Coronel Von Lettow Worbeck”* (Oliveira, 1994, p. 220), estes tomaram e mantiveram a iniciativa da ofensiva, entre Janeiro e Julho, e conduziram operações ao longo da fronteira e, por algumas vezes, para além de ocuparem os antigos postos portugueses, realizaram diversas infiltrações (Oliveira, 1994).

No período compreendido entre Julho e Novembro, a campanha manteve-se praticamente inactiva, devido: às más condições climáticas, à preparação das forças, à reunião de meios e, principalmente, ao facto da companhia encontrar-se bastante reduzida.

#### **4.2. 4ª EXPEDIÇÃO**

Em 12 de Setembro de 1917 chegou a Moçambique, a quarta e ultima expedição, sob comando do COR de Cavalaria Tomaz de Sousa Rosa<sup>65</sup> que tinha como objectivo substituir as baixas e reforçar a 3ª expedição, de modo a, guarnecer a fronteira do Rovuma, pois o *“Governo Inglês reputava desastrosa, naquele momento, a ofensiva portuguesa”* (Martins,

---

<sup>62</sup> Termina assim a 2ª fase desta campanha e a presença de Portugal no território alemão.

<sup>63</sup> Não estavam muito preocupadas com os Belgas nem com os Ingleses, porque estes mantinham-se nas áreas ocupadas (Oliveira, 1994).

<sup>64</sup> Governador Dr. Shnee, acompanhou as forças, do TCOR Von Lettow, durante a invasão da colónia portuguesa. Consta ainda que durante o conflito assistiu às honras militares prestadas a alguns oficiais portugueses, mostrando assim o apressa que tinha pelas forças portuguesas (Costa, 1925).

<sup>65</sup> Era um oficial energético e disciplinador, era deputado e defendia o princípio de passar a ofensiva (Martins, 1938).

1938, p. 172). Ora, esta expedição tinha a seguinte constituição: Chefe do Estado-Maior (Capitão Eduardo Ferreira Viana); 3 Batalhão do Regimento de Infantaria; 2 Baterias de Metralhadoras; 2 Baterias Artilharia de montanha; 1 Companhia mista de Engenharia; Serviços de Saúde; Serviços de Administração Militar (Oliveira, 1994).

Esta campanha, que estimava-se ter cerca de 6000 homens (porque foi reforçada por alguns elementos da guarnição de Moçambique), dispunha de 26 camiões segundo Oliveira (1994) ou de 54 camiões segundo Martins (1938), mas só dispunha de 6 *Chauffeurs* (condutores), contava ainda, com o cruzador adamastor, com a canhoneira Chaimite e uma esquadrilha *de aviação*<sup>66</sup>, que não chegou de cumprir a sua missão de reconhecimento, porque durante os voos de ensaio despenhou um dos 3 aviões e, mais tarde os responsáveis pela manutenção das aeronaves ficaram gravemente doentes (Oliveira, 1994).

A numerosa expedição de Sousa Rosa não foi diferente das anteriores, pois esta era indisciplinada, as forças tinham o moral baixo, continuavam a ser dizimados por doenças típicas do clima de Moçambique e caracterizava-se sobretudo pela sobreposição de ordens e directivas entre o governador-geral e o comando da expedição.

A última fase da campanha “*não correspondeu a qualquer ofensiva dos portugueses mas à invasão do território moçambicano pelos alemães*” (Oliveira, 1994, p. 223).

#### **4.2.1. A CONTRA-OFFENSIVA ALEMÃ**

##### **4.2.1.1. O COMBATE DE NEGOMANO**

O posto de Negomano<sup>67</sup> estava instalado na estrada do vale do Lugenda, faixa considerada, relativamente, rica entre o Oceano e o lago Niassa.

No dia 21 de Novembro de 1917, os alemães sob comando do TCOR Lettow “*escapam-se de Nevala, quasi cercados pelos ingleses, batem-nos em Negomano*” (Martins, 1938, p. 176) com 2200 espingardas, bastantes metralhadoras, algumas peças de Artilharia, 300 europeus e 3000 carregadores (dos quais alguns combatentes), formando 15 companhias, seguiram para oeste pela margem norte do Rovuma. A 25 de Novembro, atravessaram o rio Rovuma e atacaram, o primeiro posto Português (Posto de Negomano) que se encontrava sob comando do Major Teixeira Pinto<sup>68</sup> (Portugal, 1981).

“*Enquanto atacavam a face da posição voltada para Norte, três companhias mascaradas pelo arvoredos, progrediam pelo sul em manobra envolvente, seguindo-se o assalto*

---

<sup>66</sup> Constituída por 3 aviões F-4, 3 pilotos e 3 mecânicos (2 Franceses) sob comando do Tenente Piloto aviador João Luiz Moura (Martins, 1938).

<sup>67</sup> Era formado por 6 companhias indígenas e seis metralhadoras. Há registos de que já era escasso o material e a alimentação para os indígenas (Martins, 1938).

<sup>68</sup> O *pacificador da Guiné* - distinto oficial, com bastante experiência colonial, tendo se distinguido na Guiné onde foi dedicado um monumento pelos seus serviços militares que prestou (Martins, 1938).

*generalizado com doze companhias que dominaram as seis portuguesas*<sup>69</sup> (Oliveira, 1994, p. 224).

Depois do TCOR Lettow conquistar este posto<sup>70</sup>, libertou todos os prisioneiros com a condição de não voltarem a se envolver em novos combates com as tropas alemãs.

Conquistado Negomano, o ponto-chave da defesa da fronteira, os alemães passavam a ter condições para entrar profundamente em Moçambique, e no dia 2 de Dezembro, ocuparam o posto de Nanguar, abandonado pelas forças portuguesas, e continuaram para as defesas da Serra Mecula.

#### **4.2.1.2. O COMBATE DA SERRA MACULA**

Este posto<sup>71</sup>, sob comando do capitão Francisco Curado, constituía a primeira posição para impedir o avanço dos alemães para o sul, e era bastante relevante, pois cobria a linha de comunicação e, em simultâneo, garantia o reabastecimento de reforços para os postos fronteiriços portugueses no médio Rovuma.

O Capitão Curado atacou, no dia 3 de Dezembro, as forças alemãs com o objectivo de as retardar. Este ataque não alcançou os objectivos pretendidos, pois os alemães atacaram no dia seguinte, com enormes efectivos, e no dia 7 receberam reforços, que permitiram que no dia 8 se apoderassem da fonte de água<sup>72</sup> que abastecia o posto, considerada indispensável para a continuação da defesa, obrigando assim a guarnição a retirar (Costa, 1925).

*“Após um ligeiro descanso os alemães continuaram a progressão para sul, com a coluna principal em direcção a Montepuez, enquanto elementos destacados, no intuito de reconhecerem o que se passava com as forças britânicas na Rodésia, atacavam e anulavam alguns postos militares localizados na área do lago Niassa”* (Oliveira, 1994, p. 226).

#### **4.2.1.3. O COMBATE DE NHAMACURA**

À medida que os alemães avançavam para o sul, as forças portuguesas recuavam e abandonavam os seus postos, que por sua vez, eram saqueados juntamente com a povoação. Este recuo tinha como objectivo concentrar forças numa área apropriadas e

---

<sup>69</sup> Ver o Anexo K – COMBATE DE NEGOMANO.

<sup>70</sup> Onde foram contabilizados como mortos, 5 oficiais (sendo um deles o Teixeira Pinto), 14 praças europeias e 208 indígenas, ficaram feridos gravemente mais de 70 militares e 550 prisioneiros (Oliveira, 1994).

<sup>71</sup> Era constituído pela 21ª Companhia Indígena de Infantaria, uma bateria de metralhadoras e carregadores (Oliveira, 1994).

<sup>72</sup> Importante para o arrefecimento das metralhadoras (Martins, 1938).

juntamente com os Britânicos, que no dia 13 desembarcaram no Porto Amélia, barrar a progressão alemã. Ora, esta operação, que tinha sido mal coordenada, não impediu o avanço dos alemães, que chegaram às proximidades de Quelimane, em Nhamacurra<sup>73</sup>, onde se devia encurralar e obrigar as forças alemãs a renderem-se<sup>74</sup>.

Até ao dia 30 de Junho as forças aliadas não sabiam do paradeiro das forças alemãs. O certo é que estes já se encontravam nas imediações do posto e já haviam atravessado o rio Nhamacurra, considerado impossível de transpor devido à profundidade do seu leito. Portanto, no dia 1 de Junho os aliados atacaram de surpresa o posto aliado, pois, as forças aliadas não tomaram medidas de segurança exigidas para qualquer tipo de guerra (Costa, 1925).

Durante a ofensiva, nos dias 1, 2 e 3, os alemães, apesar de possuírem menor efectivo que os aliados, conseguiram conquistar o posto de Nhamacurra, fazendo com que grande parte dos soldados e até mesmo o comandante do posto (TCOR britânico Gore Brown) tentassem escapar pelo rio, onde muitos deles morreram afogados<sup>75</sup>.

*“Este combate foi a última acção militar em que os portugueses estiveram envolvidos no período da expedição do Coronel Sousa Rosa que, em 7 de Julho, regressou a metrópole”* (Oliveira, 1994, p. 230) e foi substituído pelo General Gomes da Costa, que assumiu o comando depois de assinado o armistício.

De Julho a Novembro, as forças alemãs progrediram (como fugitivos) para a Rodésia do Norte, onde se entregaram depois do armistício, passando por Chalaua, Metil, Luavate, Namarrué, Muemba, Lococole e seguiram para Kasamba (Rodésia do Norte) onde se entregaram a 12 de Novembro de 1918.

Depois de assinado o armistício, a 11 de Novembro de 1918, as forças portuguesas voltaram a reocupar os postos militares da fronteira de modo a reconstruí-los. *“Foi um trabalho volumoso e demorado, já que convinha restabelecer toda a malha dos postos militares, definindo prioridades de acordo com os meios disponíveis, até porque foi rápido o regresso à metrópole das tropas expedicionárias”* (Oliveira, 1994, p. 232).

---

<sup>73</sup> Região localizada junto ao rio Nhamacura, a 40 km e era onde estavam localizados uma fábrica e depósitos da açucareira, possuía estação de caminhos-de-ferro e um entreposto de material diverso resguardado em Armazéns (Oliveira, 1994).

<sup>74</sup> Para esta investida o COR Sousa Rosa transferiu o seu posto de comando para Quelimane, onde contava com dois cruzadores para a segurança e com um batalhão Britânico e três companhias indígenas para reforçar a guarnição portuguesa (Martins, 1938).

<sup>75</sup> Ver Anexo L – COMBATE DE NHAMACURA.

## CAPÍTULO V

### ANÁLISE DA CAMPANHA

#### 5.1. UMA ANÁLISE “*ESTRATÉGICA*”

Neste subcapítulo iremos fazer uma análise, de carácter estratégico, referente à definição dos objectivos de Portugal, tendo como referência o capítulo V, Modalidades gerais de acção estratégica, do COR de Artilharia Abel Cabral Couto<sup>76</sup>, porém, não obedeceremos a uma estrutura rígida durante esta análise.

Nos meados do século XX, Portugal, ainda enfrentava grandes dificuldades financeiras e devia grandes quantidades de dinheiro a Inglaterra. Ora, no início da grande guerra, Portugal continuava a passar por dificuldades financeiras, mas para defender as suas colónias, que também serviam de garantia caso não pagasse a dívida, viu-se obrigado a organizar expedições para África Oriental e o facto de organizar expedições à pressa veio a dificultar a organização logística destas campanhas.

Era grande o objectivo de Portugal, reconquistar a região de Quionga e concretizar acções militares, de modo, a encurralar as tropas alemãs. Todavia, Portugal depois de alcançar o primeiro objectivo, recuperar Quionga, tornou-se mais ambiciosa, traçando um plano de ataque e conquista do território alemão. Este ataque era importante para Portugal porque desta maneira, poderia cumprir com o plano de encurralar os alemães e, simultaneamente, defendia o seu território o mais longe possível da sua fronteira, assim, não deixavam a guerra entrar em Moçambique. Contudo, o território que os países conquistavam, durante o conflito, passava a pertencer a cada colónia, razão pela qual, os países aliados queriam conquistar maior extensão territorial.

Para a metrópole e para o governador-geral, a reconquista de Quionga representava um objectivo importante (combatia-se por ele), razão pela qual reuniu esforços para organizar expedições para África, mesmo sendo bastante dispendiosas para o país. Portanto, Portugal possuía uma nítida superioridade de forças em relação aos alemães, visto que, os alemães procuravam não se empenhar decisivamente. Contudo, apesar de Portugal ter objectivos bem definidos e uma nítida superioridade em relação aos alemães, tinha uma liberdade de acção bastante restrita, isto é, estava limitada a ocupar o interior do território alemão, e não, a zona costeira, como estava definido (Couto, 1988).

Durante a campanha de Moçambique, houve uma profunda divisão da sociedade portuguesa, ou seja, a população não apoiava o esforço de guerra e para mostrar essa

---

<sup>76</sup> Fundamentos Gerais. COR Abel Cabral Couto. 1988. *Elementos de estratégia: Apontamentos para um curso*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Superiores Militares.

indignação realizavam greves, como referimos no capítulo anterior. O outro grande problema desta campanha estava relacionada com a desorganização do comando militar central, que originou que as expedições fossem organizadas à pressa sem o mínimo de cuidados elementares e falta de condições, em Moçambique, para as receber (Gomes & Aniceto, [SD], pp. 459 a 460).

Verificou-se um elevado número de doentes, com doenças típicas de regiões dos climas tropicais (o paludismo, a doença do sono e as doenças intestinais) que eram o principal motivo de baixas em campanha. Face a esta situação, a metrópole deveria ter reforçado a campanha com os serviços de saúde, pois só assim, podia-se minimizar os problemas relacionados com a saúde. Contudo, a falta de meios adequados marcou negativamente e contribuiu para o insucesso da campanha, principalmente, na margem Norte do Rovuma<sup>77</sup>.

As tropas alemãs tinham um dispositivo bastante grande, em termos numéricos, mas tornavam-se bastante reduzidas, pois estas combatiam em três frentes (contra os britânicos, contra os belgas e contra os portugueses) que os tentavam encurralar. Contudo, as forças alemãs não ficaram encurraladas porque *“Von Letow imprimia às suas operações uma extraordinária mobilidade e não estava sujeito às complicadas linhas de comunicações com os pesados depósitos, que caracterizavam a guerra de armazéns. Fazia a guerra napoleónica de movimento em plena África”* (Portugal, 1981, p 35).

Em suma, apesar dos abundantes erros e limitações, Portugal conseguiu cumprir com os seus objectivos: guarnecer a fronteira a norte do Rovuma, reconquistar Quionga e conquistar alguns postos na margem Norte do Rovuma. Pois, a quando do armistício, 1918, as tropas alemãs saíram do território de Moçambique.

## 5.2. UMA ANÁLISE “TÁCTICA”

Iremos realizar uma análise do conflito que foi descrito anteriormente no capítulo III e IV, para tal, vamos considerar a doutrina actual, tendo como referência os princípios das operações defensivas<sup>78</sup> do regulamento de campanha – operações, do exército português, de 2005. Para analisar o conflito escolhemos os princípios das operações defensivas porque consideramos que Portugal organizou as expedições para as colónias, de Angola e

---

<sup>77</sup> Ver o Anexo M – CORRESPONDÊNCIA REFERENTE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE.

<sup>78</sup> Estes tipos de operações são adoptadas quando o inimigo tem iniciativa, para o impedir de conquistar terreno ou penetrar na área defendida. Tem como objectivos: provocar o insucesso do ataque inimigo desgastando a sua capacidade ofensiva; manter a posse de terreno e impedir o seu controle por parte do inimigo; ganhar tempo, economizar forças de modo a permitir a sua concentração em outro local e forçar o inimigo a concentrar forças, ficando vulnerável aos fogos das tropas aliadas. As operações defensivas têm os seguintes princípios e factores: informação; profundidade; apoio mútuo; concentração do potencial de combate; manobra; poder de fogo; Guerra electrónica; coesão; acção ofensiva; reservas e decepção. RC – Operações, 2005.



Moçambique, com o objectivo de defender o seu território contra possíveis invasões alemãs. Contudo, iremos numa primeira fase realizar uma análise dos factores humanos<sup>79</sup> (descritos no princípio das operações terrestres do regulamento de campanha – operações, do exército português). Em síntese, vamos procurar saber se os princípios foram empregues da melhor maneira.

Devido ao pouco tempo de treino que as tropas da campanha de Moçambique possuíam, os soldados possuíam uma fraca resistência física, isto é, durante a campanha, realizavam-se longas marchas a pé, pois havia uma grande falta de viaturas, e quando chegava à altura do combate era notável o fraco desempenho das tropas. Por outro lado, as tropas alemãs tinham uma capacidade física, que segundo Martins (1938), os comandantes portugueses apreciavam, ou seja, notava-se que estes estavam melhor preparados fisicamente em relação às tropas portuguesas.

Um dos grandes factores que influenciou negativamente as tropas portuguesas, foi a forma como as tropas estavam distribuídas no terreno, isto é, o facto das tropas expedicionárias terem um treino inadequado para situação que iriam encontrar, veio a reflectir-se na má execução de procedimentos e operações militares, como foi o exemplo da tentativa de reforço das tropas aliadas, sendo por diversas vezes realizada sem sucesso, pois as tropas tinham pouco sentido de missão e de responsabilidade. Constatamos ainda, que grande parte dos produtos de primeira necessidade (víveres) eram escassos, porque estes eram colocados em locais impróprios, o que muitas vezes acelerava a sua decomposição, tornando-os assim, inapropriados para o consumo. Estes produtos impróprios, que muitas vezes eram consumidos, constituíam uma das grandes causas de doenças contraídas na área de operações. A outra grande causa das baixas nas tropas portuguesas era o clima. A maioria dos europeus dificilmente se conseguiam adaptar às condições climáticas daquela zona tropical, pois nesta altura não existia medicação para prevenir das doenças típicas da região, contudo, quando as tropas eram infectadas por doenças, como a malária, recusavam-se a tomar a medicação e desta maneira dificilmente melhoravam e tornavam-se inaptos para a continuação do cumprimento do serviço militar. Portanto, os factores acima referidos, constituíram motivos para baixar o moral das tropas e diminuir a probabilidade do sucesso durante as batalhas.

Ainda no que diz respeito aos factores humanos é de destacar o comandante da terceira expedição, pela capacidade de liderança dos seus homens. Este quando verificou que as suas tropas não possuíam um nível de treino aceitável, obrigou-os a ter instruções durante a viagem com o objectivo de desenvolver o espírito de corpo, camaradagem e de disciplinar as tropas. O treino realizado durante a viagem teve resultados positivos, ora, a terceira

---

<sup>79</sup> São estes: Liderança, o Moral, a iniciativa, a resistência e a flexibilidade.



expedição foi a que mais recebeu condecorações e louvores, tendo sido destacado o comandante da 21ª companhia indígena, Capitão Curado<sup>80</sup>, pela bravura e coragem demonstrada no campo de batalha.

O armamento que a expedição possuía era adequado, mas não chegava para todos, isto é, um número considerável de tropas indígenas não possuía espingardas, apesar de participarem nas campanhas, esta situação era, também, um motivo para baixar o moral das tropas. Para além do défice do armamento, esta campanha enfrentou um grande e grave problema com a alimentação, não porque a metrópole não tivesse tido em consideração, mas porque, os produtos alimentares que a metrópole disponibilizara era mal conservado. Estimamos que essa degradação estivesse relacionada as condições climatéricas, como referimos anteriormente, no tempo quente chovia muito e no tempo seco havia falta de água.

O grande problema desta campanha foi o facto de os comandantes não terem muita liberdade de acção, sendo muitas vezes, obrigados a mudar de objectivos, não só porque o governador-geral se intrometia na condução de operações militares, sem ter conhecimentos para tal (situação que causava um sentimento de incerteza nas tropas portuguesa), mas também porque as forças Britânicas já teriam conquistado certos objectivos de interesse de Portugal, como é o caso da região costeira.

No que diz respeito aos princípios das operações defensivas, iremos abordar os que mais se evidenciaram durante o conflito. A acção ofensiva foi o princípio que mais se evidenciou durante a defesa da colónia portuguesa, ora, o comandante da 2ª expedição, por indicações superiores, tomou a iniciativa de atacar e conquistar Quionga, não só com o objectivo de recuperar esta região, mas também com o objectivo de passar a ofensiva de modo a destruir, desorganizar e retardar as forças alemãs. Assim, eram obrigados a alterar os seus planos iniciais e entrar no território português. Portanto, as forças portuguesas conseguiram invadir e conquistar certos postos localizados a Norte do rio Rovuma, mas não os conseguiram manter por muito tempo, porque Portugal possuía poucos homens para garantir segurança a uma área extensa como a fronteira Norte de Moçambique.

O outro princípio que mais se evidenciou foi a escolha do terreno. Portugal nem sempre teve a vantagem de escolher o terreno ou preparar o terreno onde combater, por isso, enfrentou diversas dificuldades durante a conquista de certos portos sob domínio dos alemães, é exemplo dessa situação, a grande dificuldade encontrada durante a conquista do posto de Nevala, que como descrevemos anteriormente, localizava-se numa região bastante

---

<sup>80</sup> “...destruir a única metralhadora que lhe restava para que não fosse utilizada pelo inimigo...foi, sem dúvida a acção mais brilhante da campanha de Moçambique, a qual valeu ao bravo capitão Curado o cognome “Condestável do Rovuma” e a promoção por distinção”. Jornal do Exército Nº 372, de Dezembro de 1990. p. 4.

elevada e segundo Martins (1938), os soldados indígenas consideravam difícil de conquistar. Nesta área de operações, era quase impossível combater no tempo chuvoso, porque os rios e as estradas, nesta altura, tornavam-se intransitáveis, os rios porque o seu caudal aumentava e as estradas porque não havia estradas alcatroadas, sendo um terreno argiloso. É de destacar a excelente retirada efectuada do posto de Nevala, sem que as tropas alemãs se apercebessem. Esta acção, conseguida também pelo facto desta área ser de vegetação densa e com um capim alto, demonstrou que as tropas portuguesas possuíam um elevado conhecimento do terreno.

O sistema de Informações das tropas expedicionárias portuguesas não era eficaz, razão pela qual, muitas vezes não sabiam qual era a localização das forças alemãs. Ora, Portugal, durante o conflito não sabia como as tropas alemãs estavam organizadas, nem o efectivo dos militares vindos da metrópole, isto porque, os oficiais alemães vestiam a mesma farda que os Askaris e pintavam-se de cor escura de modo a confundir as tropas portuguesas.

O facto das tropas portuguesas não terem o sistema de informações eficaz fazia com que as tropas não fossem apoiadas em tempo oportuno, isto é, muitas vezes os meios de comunicação sem fios não estavam operacionais, sendo por vezes preciso enviar uma patrulha para pedir reforço. Quando era possível comunicar em tempo oportuno para requisitar apoio, as tropas que vinham auxiliar não conseguiam chegar a tempo de apoiar porque as distâncias eram grandes e não tinham meios de transporte adequados.

Devido à grande extensão territorial da fronteira Norte do Rovuma, as tropas portuguesas não conseguiam garantir uma defesa em profundidade, nem ter uma reserva substancial, isto porque, como referimos anteriormente, a grande maioria das tropas era fustigada por doenças e pelas condições climáticas. Portanto, o pequeno efectivo que sobrava era utilizado para ocupar os postos.

Contudo, a este nível as tropas portuguesas não tiveram resultados satisfatórios devido a factores de natureza diversa, tal como: a incompetência do comando militar no terreno, o facto do comando português estar embutido de doutrinas militares clássicas e aplicar no essencial as tácticas que tinham dado bom resultado nas campanhas de pacificação, e o último factor que consideramos foi o facto de a população apoiar as colunas alemãs, fornecendo-lhes alimentos e informações (Gomes & Aniceto, [SD], p. 460).

## CONCLUSÕES

Nesta fase do trabalho já estamos aptos a dar resposta as questões derivadas, a confirmar ou rejeitar algumas das hipóteses levantadas e consequentemente responder a nossa questão central: **“Como é que as forças militares portuguesas se organizaram e responderam, em termos operacionais, à ameaça alemã no Norte de Moçambique?”**

Assim, respondendo à primeira questão derivada que é: **“Quais as causas do conflito entre a Alemanha e Portugal?”** Concluimos que a principal causa do conflito, entre Portugal e Alemanha, prendia-se com o facto de Portugal querer manter a integridade do seu território em África, neste caso, na fronteira mais a Norte de Moçambique, a fronteira do Rovuma. Outra das causas, não menos importante, tinha a ver com a oportunidade que Portugal havia encontrado para expandir o seu território, ou seja, para além de recuperar Quionga queria conquistar parte do território da colónia alemã. A terceira e última grande causa tinha que ver com a redistribuição das colónias alemãs, isto é, caso os países aliados fossem os vencedores da Guerra, Portugal fazendo parte destes, iria beneficiar da partilha das colónias alemãs.

No que se refere a segunda questão derivada **“Que tipo de forças Portugal dispunha e como é que estavam organizadas?”** concluimos que Portugal dispunha de forças com grande mobilidade, isto é, era visível uma forte presença da Infantaria. Contudo, esta mobilidade das tropas portuguesas, essencialmente de infantaria, foi obsoleta no Teatro de Operações de Moçambique, não só, pela falta de preparação militar apresentada pelas tropas, mas sobretudo, pelo facto, das condições climáticas na região norte de Moçambique serem adversas, sendo as matas bastante serradas e de difícil acesso. Portanto, desta maneira, verificamos que a primeira hipótese **“O tipo de forças e a organização que Portugal dispunha foram adequadas ao tipo de operação, na África Oriental”**, não se confirma, ou melhor, as expedições enviadas para Moçambique não foram adequadas ao tipo de operações desenvolvidas na África Oriental, era necessário que estas forças tivessem um treino adequado ao tipo de ataques alemães.

No que diz respeito à terceira questão derivada que é: **“Que tipo de forças a Alemanha possuía e como é que estavam organizadas?”** verificamos que a Alemanha sempre soube e teve condições de escolher bons militares para os enviar para as suas colónias, razão pela qual, sempre teve soldados indígenas melhor preparados para o conflito, do que os portugueses, ou até mesmo, do que as forças dos países aliados. Para além do bom treino, que fazia com que tropas tivessem maior resistência e disciplina, estes não tinham carência de armamento nem de auxiliares e carregadores, o que ajudava grandemente, no

carregamento de materiais durante os deslocamentos. Contudo, as forças alemãs eram de efectivo bastante reduzido, comparado com as das tropas aliadas, sem condições logísticas adequadas para a condução das suas operações militares, o que fez com que estas tropas recorressem ao saque como forma de sobrevivência.

**“De que forma foi decisivo alcançar o objectivo Quionga para a travessia do rio Rovuma?”**. Para respondermos a esta questão derivada, devemos ter em consideração a localização e a importância económica que a região de Quionga tinha. Como referimos no segundo capítulo, a bacia de Quionga possuía, para além, de uma vasta área de terras férteis, um porto natural, ou seja, a baía de Quionga era considerada um local em que os grandes navios podiam atracar com o máximo de segurança possível, pois tinha áreas de fácil acesso. Para os portugueses, a conquista de Quionga, era, também, uma questão de honra, melhor dizendo, seria a primeira conquista portuguesa, pois, seria importante para levantar o moral das tropas, que nesta altura, encontrava-se devastado pelas doenças e pelo calor que se fazia sentir nesta região. Contudo, verifica-se a terceira hipótese **“A recuperação de Quionga contribuiu para o cumprimento da missão de Portugal”**, pois, a conquista de Quionga foi decisiva para a travessia do Rio Rovuma, porque existiam, nesta região, itinerários marcados pelas tropas alemãs permitindo, assim, um fácil acesso ao rio Rovuma, que era crucial para o cumprimento da missão de Portugal.

Há que concordar com o COR Azambuja Martins<sup>81</sup> no que se refere à má actuação das tropas portuguesas em Moçambique. Deste modo, não se verifica a segunda hipótese **“A actuação das tropas portuguesas foi realizada de forma adequada”**, pois, as forças portuguesas cometiam erros vulgares, que consistiam na falta de ligação entre escalões, durante as várias fases do combate e, até mesmo, durante a marcha, não conseguiam tirar proveito do terreno e, durante deslocamentos em áreas descobertas não havia muita de ordem, nem coordenação. Contudo, consideramos que os principais motivos do uso não adequado das forças portuguesas estava relacionada com o facto dos comandantes militares não serem muito competentes no comando militar no terreno e; ao facto de Portugal usar, nesta altura, doutrinas militares clássicas, que tinham dado bom resultado durante a campanha de pacificação, sem entender que os alemães eram um inimigo bastante diferente dos povos indígenas encontrados durante a pacificação portuguesa.

A próxima questão derivada, **“Que importância teve a ofensiva portuguesa, realizada durante a terceira expedição?”**, demonstra como é que uma tropa motivada reage positivamente de modo a alcançar objectivos previamente definidos pelos comandantes. A terceira expedição foi a que mais louvores e condecorações recebeu, isto leva-nos a crer, que a terceira expedição foi diferentes das outras três, pois, foi onde menos se verificaram

---

<sup>81</sup> (AHM. 2ª Div, 7ª Sec, Caixa 53, Doc nº 5. 1º relatório de Nevala – campanha de Moçambique).

actos de indisciplina e, ao contrário das outras, foi onde mais se evidenciaram actos heróicos, sendo este, um exemplo verificado, principalmente, nos oficiais subalternos. Ora, a ofensiva portuguesa, no Norte do Rovuma, foi deveras importante para levantar o moral das tropas, demonstrando-lhe que eles eram capazes de enfrentar e ganhar batalhas contra um inimigo tão forte e bem preparado, como a Alemanha. Esta ofensiva, também, foi importante para Portugal conquistar maior faixa do terreno e defender a sua colónia o mais longe possível da sua fronteira.

O facto da campanha portuguesa, em Moçambique, ter sido desastrosa em muitas frentes (Gomes & Aniceto, [SD], p. 459), leva-nos a concluir que, esta campanha, teve mais pontos fracos do que fortes, logo, partindo deste pressuposto e com base na análise realizada no capítulo V, respondemos à sexta e última questão derivada que é: **“Quais os pontos fortes e fracos em relação à actuação de Portugal no Norte de Moçambique?”**. No que se refere aos pontos fortes, há que destacar: a capacidade de liderança *“pelo exemplo”* presente em muitos oficiais, principalmente os subalternos, da terceira expedição; a boa coordenação das tropas dos países aliados durante a tentativa de encurralar as tropas alemãs e a capacidade de iniciativa (a realização de treinos, nos navios, durante a viagem para Moçambique) que alguns comandantes tiveram quando verificaram que os seus militares não estavam preparados para o conflito em África. Da análise feita, concluímos, que o principal ponto fraco desta campanha foi o facto das forças expedicionárias serem bastante vulneráveis às doenças típicas da África Oriental, associada às doenças estava a falta de condições sanitárias, a falta de medicamentos e a pouca resistência física que as tropas portuguesas possuíam.

A quarta e última hipótese, **“Durante a contra-ofensiva realizada pelas tropas alemãs, estas conquistaram o Norte de Moçambique”**. Como descrevemos anteriormente, o efectivo alemão durante a ofensiva era bastante reduzido e era constituído pelos melhores homens que a Alemanha possuía na sua colónia, esta força, tinha o objectivo de escapar ao cerco que os países aliados estavam a preparar e simultaneamente de desestabilizar as forças aliadas, obrigando-as a empenhar forças, não só, no teatro europeu, mas também, no teatro africano. Portanto, durante esta fuga, as tropas alemãs conseguiram ocupar diversos postos no norte de Moçambique (a sul do Rio Rovuma), todavia, não tinham condições logísticas nem efectivo suficiente para as manter, pois esta não podia permanecer, durante muito tempo, nos postos ocupados, porque assim seriam facilmente encurraladas e destruídas. Para a conquista de um determinado território pressupõe-se a sua ocupação, assim, podemos concluir que esta hipótese não se verificou porque em nenhum momento as tropas alemãs se mantiveram, por tempo considerável, num determinado posto ocupado.

As respostas às questões derivadas permitiram-nos responder de forma clara à questão central **“Como é que as forças militares portuguesas se organizaram e responderam, em termos operacionais, à ameaça alemã no Norte de Moçambique?”**. Assim sendo, as forças militares portuguesas estavam organizadas em quatro expedições, sendo que a primeira e a segunda expedição eram constituídas apenas por um único Batalhão de Infantaria, enquanto, a terceira e a quarta expedição, eram fortes em unidades de Infantaria, ou seja, eram constituídas por três batalhões de Infantaria. É de referir que, as tropas portuguesas, devido ao treino inadequado, só conseguiram conquistar, efectivamente, um posto militar alemão (o de Nevala), melhor dizendo, a maior parte dos postos alemães ocupados pelas tropas portuguesas já se encontravam abandonados.

Apesar das tropas portuguesas terem cumprido a sua missão (a conquista Quionga) não responderam de forma adequada à ameaça alemã, isto é, as tropas portuguesas foram quase sempre dominadas pelas tropas alemãs, de efectivo mais reduzido, porque as tropas portuguesas possuíam pouca resistência às doenças típicas da África Oriental e defendiam o território de forma estática, ou seja, defendiam a fronteira do Rovuma em frentes Lineares e, para esta defesa, era preciso que as tropas se entrincheirassem, e consequentemente, que ficassem agarradas ao terreno e, deste modo, não conseguiam garantir a liberdade de acção, pois, dependiam fortemente das suas linhas de comunicação (o aparelho logístico). Enquanto, os alemães não precisavam de manter as linhas de comunicação, o que fazia com que, tivessem maior liberdade de acção e conseguindo, na maior parte das vezes, surpreender as tropas portuguesas, pois, não estavam agarrados ao terreno, e batendo-as por partes, de modo a dividi-las e ganhar vantagens de potencial.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES PRIMÁRIAS

#### Arquivo Histórico Militar – Lisboa

##### 2ª Divisão

##### 7ª Secção – Moçambique

7ª Secção, caixa 3, Documento nº 3 – Correspondência aos Serviços de Saúde. De 14-5-1916 a 3-6-1916.

7ª Secção, caixa 14, Documento nº 24 – Ocupação de Quionga.

7ª Secção, caixa 53, Documento nº 5 – 1º relatório, Nevala – campanha de Moçambique, Autor: COR E. A. Azambuja Martins.

- Anexo IV – Relação das Unidades da colónia que cooperaram com as tropas expedicionárias desde 1914 a 1918. p. 123.
- Anexo V – Baixas na campanha de Moçambique: 1916 – 1918. p. 125.
- Anexo VII – Transcrições públicas do relatório do General J. C. Ferreira Gil.

##### Ordens do exército de 1901;

Decreto da secretaria dos negócios de guerra de 21 de Novembro de 1901 e Organização Militar do Ultramar in Ordem do Exército, nº 17.

### LIVROS:

- Almeida, A. (1968). *A Artilharia Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Ministério do exército. Separata da Revista de Artilharia (1967 - 1968).
- Aniceto, A., & Gomes, C. (2010). *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Edições Quiduovi. 1ª Edição.
- Andrade, G. (1943). *Os Fundamentos Da Neutralidade Portuguesa*. Recife: Ciclo cultural Luso-Brasileiro.
- Arrifes, M. (2004). *A primeira Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique*. Lisboa: Edições Cosmos. Instituto da Defesa Nacional.
- Barata, M. T., & Teixeira, N. S. (2004). *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de leitores. Volume III.
- Beça, A. (1922). *Lições da Grande Guerra*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Costa, G. (1925). *A Guerra nas Colónias*. Lisboa: Portugal Brasil Ed.



- Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares. Volume I.
- Deshaies, B.(1992). *Metodologia de Investigação em ciência humanas*. Lisboa: Éditions Beauchemin Itée.
- Fernandes, A., Ferreira, J., Matos, L., Teixeira, N., & Telo, A. (2004). *Nova História militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de leitores. (1ª ed.) 4º volume.
- Guevara, G. (2006). *As relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África (finais do século XIX e inícios do século XX)*. Lisboa: Edição colecção biblioteca diplomática.
- Herdade, N. G. R. (2001). *Armamento do Exército Português: Primeira metade do século XX, Breve Síntese Ilustrada*. Lisboa: Estado Maior do Exército (Direcção de Documentação e História Militar).
- Lara, A. S. (2000). *Colonização Moderna e Descolonização*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Lettow WORBECK, General von (1932) *As Minhas Memórias da África Oriental*. Évora, Ed. Minerva Comercial Ltda.
- Martins, F. (1934). *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática. I volume.
- Martins, F. (1938). *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática. II volume.
- Martins, F. (1945). *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática.
- Mattoso, J. (1994). *História de Portugal: A segunda fundação (1890-1926)*. Lisboa: Círculo de Leitores. IV volume.
- Mendes, J. (1987). *História Como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Miranda, P. (2009). *A importância do sniper no novo campo de batalha*. Lisboa: academia militar.
- O'Connell, R. L. (1989). *História da Guerra: armas e homens*. Lisboa: Editorial teorema, LDA.
- Oliveira, A. (1994). *História do exército Português (1910 - 1945)*. Lisboa: Estado-Maior do exército. III Volume.
- Portugal, A. (1981). *Enciclopédia pela Imagem: Os Portugueses na Grande Guerra*. Porto: Lello & Irmão.
- Paschoa, A. (1951). *Armamento*. Lisboa: Edições de Infantaria.
- Pires, A. J. (1924). *A Grande Guerra em Moçambique*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, L.da.
- Quivy, R. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gravita. 5ª Edição.

- *Regulamento de campanha do exército – Operações*. 2005. Ministério de Defesa Nacional. Exército Português.
- Reis, F. (2010). *Como elaborar uma dissertação de mestrado*: segundo Bolonha. Lisboa: Pactor (editora de informática, Lda)
- Santos, V. M. (2007). *A questão africana e as relações Luso-Britânicas. 1884-1914*. Lisboa: Instituto superior das ciências sociais e políticas
- Sarmento, M. (2008). *Guia prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Selvagem, C. (1931). *Portugal militar: compêndio de história militar e naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa nacional.
- Serrão, J. V. (1989). *História de Portugal*. 6º Volume: A primeira república. Lisboa: Editorial VERBO.
- Stone, N. (2011). *Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Dom Quixote.
- Telo, A. J. (1994). *Economia do Império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Telo, A. J. (2004). *Batalhas de Portugal: Moçambique 1895 - A campanha de todos os heróis*. Lisboa: Tribuna.
- Teixeira, N. S. (1998). *Portugal e a guerra: história de intervenções portuguesas nos grandes conflitos mundiais século XIX e XX*. Lisboa: Edições Calibri.
- Torres, Ferreira. (1968). *História Universal: Idade Moderna – Idade Contemporânea*. Porto: Edições ASA. Volume 3.

#### REVISTA E ARTIGOS:

- Afonso A; Gomes C. [SD]. *Portugal e a grande guerra 1914 – 1918*. Lisboa, Diário de notícias.
- Almeida, M. (2009). *A pacificação de Moçambique no final do século XIX, á luz da velha aliança*. Lisboa: Academia Militar. Trabalho de investigação aplicada.
- Barata, Manuel Themudo. (1996). *Portugal e os conflitos internacionais: para uma história militar portuguesa*. Lisboa: Chiado, consultores de informação, Lda. 9ª VOLUME/EDICÇÃO. Diário de notícias.
- Nunes, Pedro. (1996). *Portugal e os conflitos internacionais: para uma História militar portuguesa*. Lisboa: Edição da Chiado, consultores de informação. Lda. 9ª edição. Diário de Notícias.

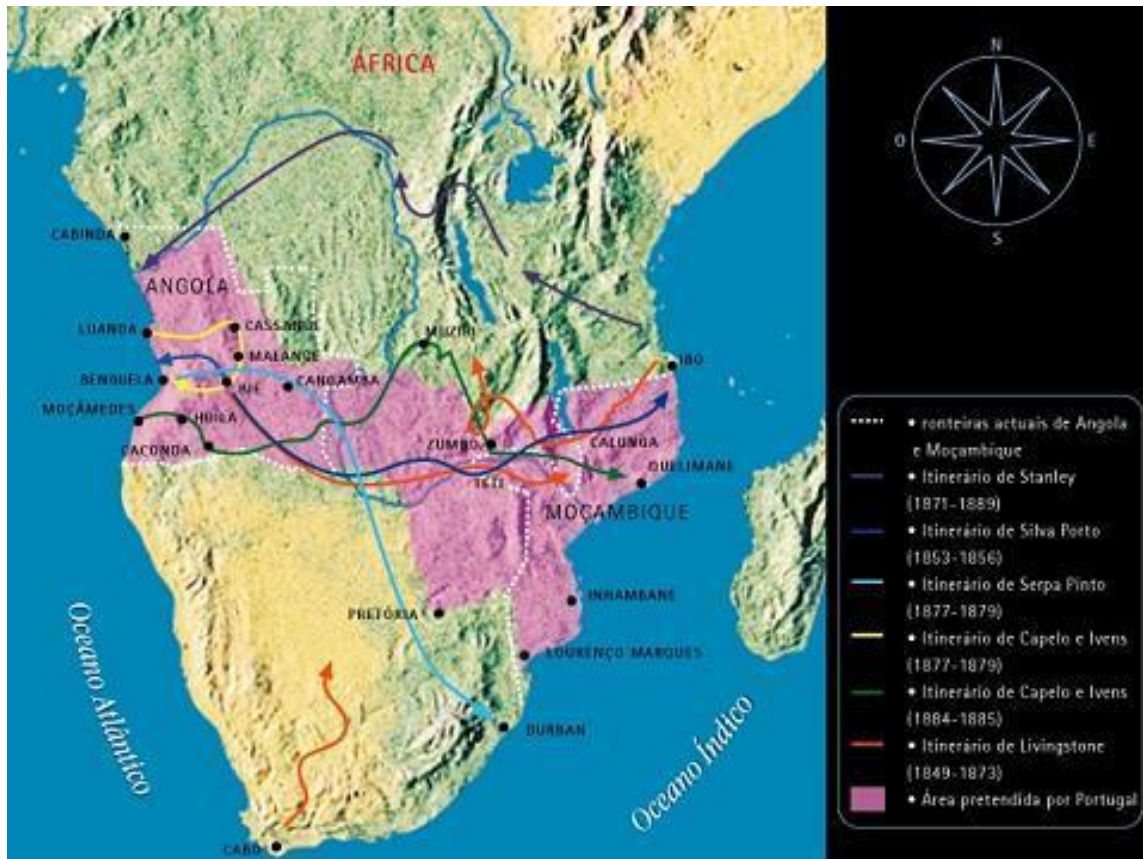
- Jornal do Exercito. Nº 372. Dezembro de 1990. Efeméride: *3 de Dezembro de 1917: as tropas alemãs de Von Lettow atacam a posição portuguesa da Serra Macula (Moçambique), cujas forças, comandadas pelo Capitão Francisco Curado, resistem heroicamente durante seis dias.*
- Major Adgie. K. (2001). *Askaris, Asymmetry, and Small Wars: Operational Art And The German East African Campaign, 1914-1918.* School of Advanced Military Studies. Approved for Public Release Distribution is Unlimited
- Wrigley, G. (2011). *The Military Campaigns against Germany's African Colonies.* American Geographical Society.

#### **PUBLICAÇÕES ELECTRÓNICAS:**

- Machado, Miguel. *Grande Guerra – 1914 a 1918.* Consultado a 26 de Julho de 2011. Disponível em <http://www.operacional.pt/grande-guerra-1914-a-1918-ii/>.
- <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/alforge>. Consultado a 29 de Julho de 2011. Enciclopédia e dicionários Porto Editora.

# **ANEXOS**

## ANEXO A – MAPA COR-DE-ROSA



<http://zeroum.no.sapo.pt/Republica/sb9> Republica mapa cor de rosa.htm

Consultado em 27 de Junho de 2011



## O ULTIMATO INGLÊS

### ULTIMATUM ENTREGUE PELO SR. GEORGE GLYNN PETRE AO SR. HENRIQUE DE BARROS GOMES

*“O governo de Sua Majestade não pode aceitar como satisfatórias ou suficientes, as seguranças dadas pelo governo português tais como ele as interpreta. O cônsul interino de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos macololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o governo de Sua Majestade deseja e em que insiste é no seguinte:*

*Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas, para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos macololos e machonas se retirem. O governo de Sua Majestade entende que sem isto as seguranças dadas pelo go-verno português são illusórias.*

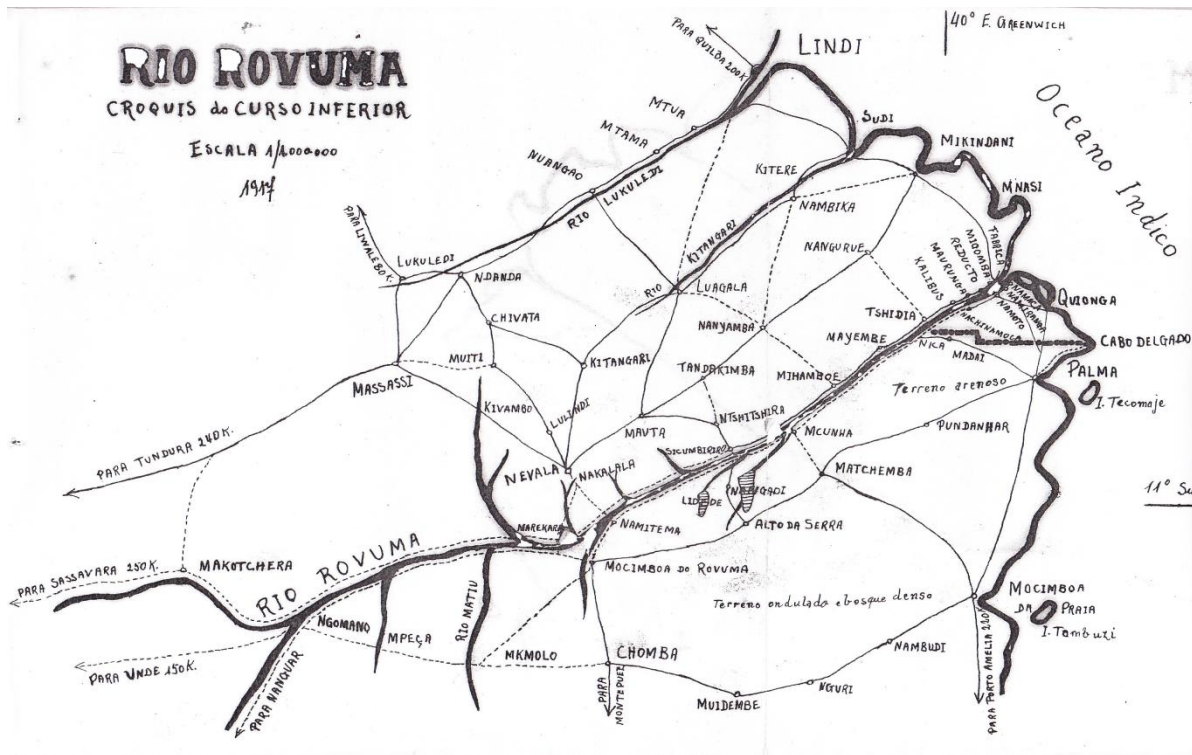
*Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade Enchantress está em Vigo esperando as suas ordens.*

*Legação britânica,  
11 de Janeiro de 1890.”*

in “Negócios Externos - Documentos apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1890 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros - Negócios da Africa Oriental e Central - Correspondência com a Inglaterra e Documentos Correlativos até 13 de Janeiro de 1890”, Lisboa, 1890, pgs. 198-199.

(Teixeira & Barata, 1996, p. 104).

## ANEXO C – MAPA DA FRONTEIRA DO ROVUMA



AHM. 2ª Div. 7ª Sec, Cx 53, Doc. nº 5 – 1º relatório, Nevala – campanha de Moçambique,  
Autor: COR E. A. Azambuja Martins



# ANEXO D – QUADRO DA ESTRUTURA DEFENSIVA

Guarnições de 1. <sup>a</sup> linha das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor														
Provincias e districto autonomo	Baterias mixtas de artilheria de montanha e de guarnição	Companhia européa de artilheria de guarnição	Companhia indigena de artilheria de guarnição	Companhias mixtas de artilheria de montanha e infantaria	Companhias mixtas de artilheria de guarnição e infantaria	Esquadrões de dragões	Pelotões independentes de dragões	Companhias européas de infantaria	Companhias indigenas de infantaria	Corpos de policia	Batalhões disciplinares	Companhias de deposito	Bandas de musica européas	Bandas de musica indigenas
Cabo Verde.....	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1
Guiné.....	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Thomé e Principe.	-	-	-	-	1	-	-	-	16	1	1	4	3	1
Angola.....	1	-	-	2	1	2	-	1	10	1	1	-	2	-
Mozambique.....	1	-	-	-	-	-	-	2	6	1	-	-	-	-
India.....	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1
Macao.....	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Timor.....	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somma.....	3	1	1	6	2	3	4	6	32	6	2	8	5	4

ORDEM DO EXERCITO N.º 17

ORDEM DO EXERCITO N.º 17

Decreto da secretaria dos negócios de guerra de 21 de Novembro de 1901 e Organização Militar do Ultramar in Ordem do Exército, nº 17, p. 440.

## ANEXO E – UNIFORMES DAS TROPAS EXPEDICIONÁRIAS

### CHAPÉU – CAPACETE



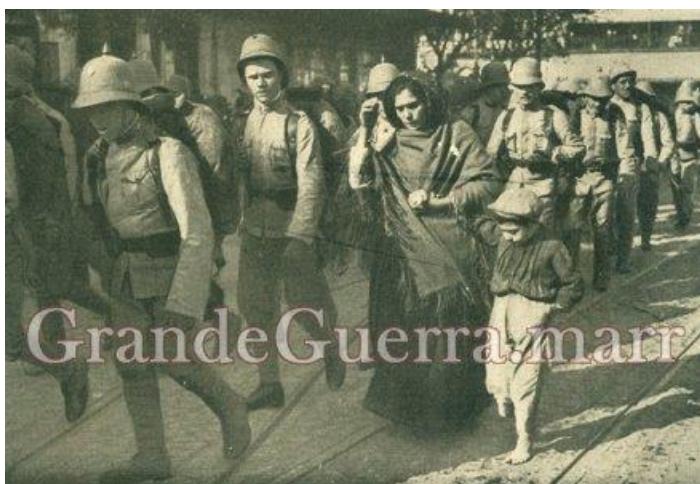
EXPEDICIONÁRIOS A BORDO. Observe o chapéu-capacete com o ventilador semi-esférico.



## DÓLMEN DE SERVIÇO



## SOLDADOS DE PORTUGAL A CAMINHO DE ÁFRICA





## CALÇAS



## GREVAS – TROPAS APEADAS



## BOTAS



SITE: <http://www.operacional.pt/grande-guerra-1914-a-1918-iii-uniformes/>

CONSULTADO a 26 de Julho de 2011.

Autor: Miguel Machado

### BOTAS (serviço apeado)

De cor natural do couro com atacadores.



### BOTAS (serviço montado)

De couro preto, com elástico



### LUVAS

De pele de cavalo de tom avermelhado claro (uso facultativo)

<http://www.operacional.pt/grande-guerra-1914-a-1918-iv-uniformes-ii/>

Consultado a 26 de Julho de 2011

Autor: Miguel Machado.

## ANEXO F – ARMAMENTO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

### METRALHADORA MAXIM m/906



**País de origem** - EUA e Inglaterra

**Calibre** – 6,5mm

**Sentido** – dextrorsum

**Comprimento da arma** – 1100mm

**Comprimento do cano** – 0,72mm

**Velocidade inicial à boca** – 750 a 790 m/s

**Cadência de tiro** – 500 a 600 tpm

**Alcance máximo** – 2500 m

**Alcance útil** – 2000 m

**Peso da arma** – 26,75 kg (completa, sem água)

**Depósito** – É alimentada por uma fita de tecido

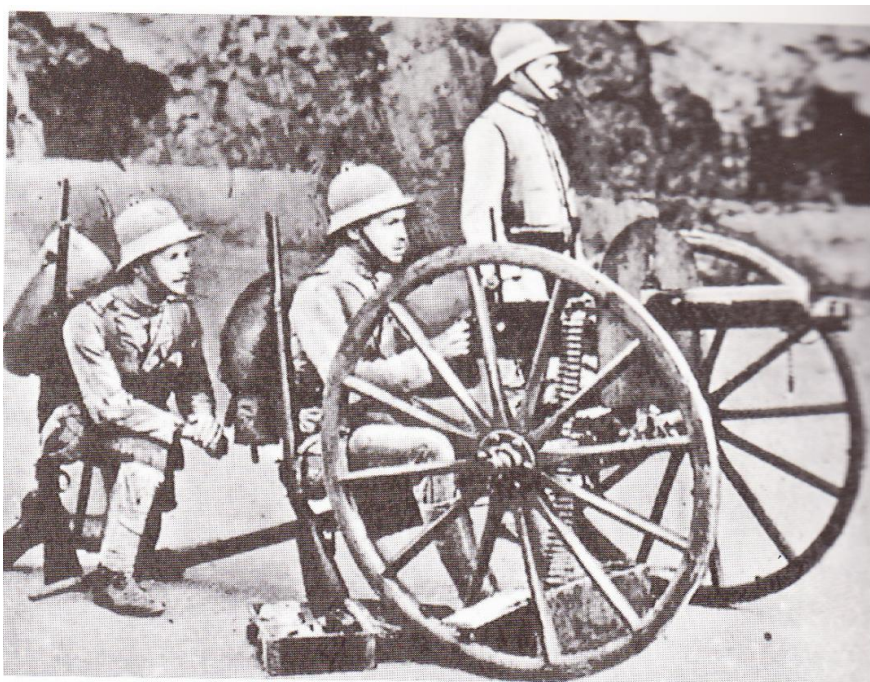
**Munição** – 6,5 mm portuguesa (invólucro metálico com base em rebordo e percussão central)

**Peso do projectil** – 10g. **Peso da munição** – aproximadamente 24g

**Mecanismo de segurança** – por imobilização do gatilho

**Funcionamento** – arma automática de tiro automático.

(Telo & Álvares, 2004, pp. 94 a 95).



(Telo & Álvares, 2004, p. 96)

### **CARABINA KROPATSCHEK m/886 – m/889**

**País de origem** – Áustria;

**Calibre** – 8 mm;

**Número de estrias** – 4;

**Sentido das estrias** – Dextrorsum;

**Comprimento da arma** – 1,025 m;

**Comprimento do cano** – 0,520 m;

**Velocidade inicial do projectil a boca do cano** – 630 m/s;

**Alcance máximo** – 3250 m;

**Alcance eficaz** – 1500 m;

**Peso da arma** – 4 kg com o depósito vazio;

**Depósito** – fixo no fuste com capacidade para 5 munições;

**Baioneta** – sabre-baioneta com 0,470 m de lâmina e 0,55kg de peso;

**Munição** – 8 x 82 mm 50,3 g de peso e invólucro metálico com base em rebordo e percussão central;

**Mecanismo de segurança** – libertação do cão;

**Funcionamento** – arma ordinária de retrocarga de tiro simples ou de repetição.

(Telo & Álvares, 2004, pp. 78 a 79).





## CARABINA MANNLICHER m/896 e m/898



**País de origem** – Áustria;

**Calibre** – 6,5 mm;

**Número de estrias** – 4;

**Sentido das estrias** – Dextrorsum;

**Comprimento da arma** – 0,954 m – 1,109 m (modelo 1896);

**Comprimento do cano** – 0,450 m – 0,605 m (modelo 1896);

**Velocidade inicial do projectil a boca do cano** – 667 m/s – 703 m/s;

**Alcance máximo** – 3200 m;

**Alcance eficaz** – 1700 m;

**Peso da arma** – 3,27 kg com o depósito vazio;

**Depósito** – fixo e central com capacidade para 5 munições;

**Baioneta** – punhal-baioneta com 0,248 m de lâmina e 0,360kg de peso;

**Munição** – 6,5 x 53,5 mm, 24,5 g de peso e invólucro metálico com base em rebordo e percussão central;

**Mecanismo de segurança** – imobilização do cão;

**Funcionamento** – arma ordinária de retrocarga de tiro simples ou de repetição.

Carabina de cavalaria 6,5mm m/896

Carabina de artilharia 6,5mm m/898 mannlicher

(Telo & Álvares, 2004, pp. 83 a 84).

## **PISTOLA LUGER PARABELLUM m/908**



**País de origem** – Alemanha;

**Calibre** – 9 mm;

**Número de estrias** – 4;

**Sentido das estrias** – Dextrorsum;

**Comprimento da arma** – 235 mm;

**Comprimento do cano** – 120 mm;

**Velocidade inicial do projectil a boca do cano** – 350 m/s;

**Alcance máximo** – 1800 m;

**Alcance útil** – 1500 m;

**Peso da arma** – 0,890 kg com o depósito vazio;

**Depósito** – carregador independente ao nível do punho com capacidade para 8 munições;

**Munição** – 7,65 mm. Invólucro metálico com base em garganta de percussão central;

**Mecanismo de segurança** – imobilização do mecanismo de disparar ;

**Funcionamento** – arma automática de tiro semi-automático e curto recuo do cano.

(Telo & Álvares, 2004, p. 100 a 101).

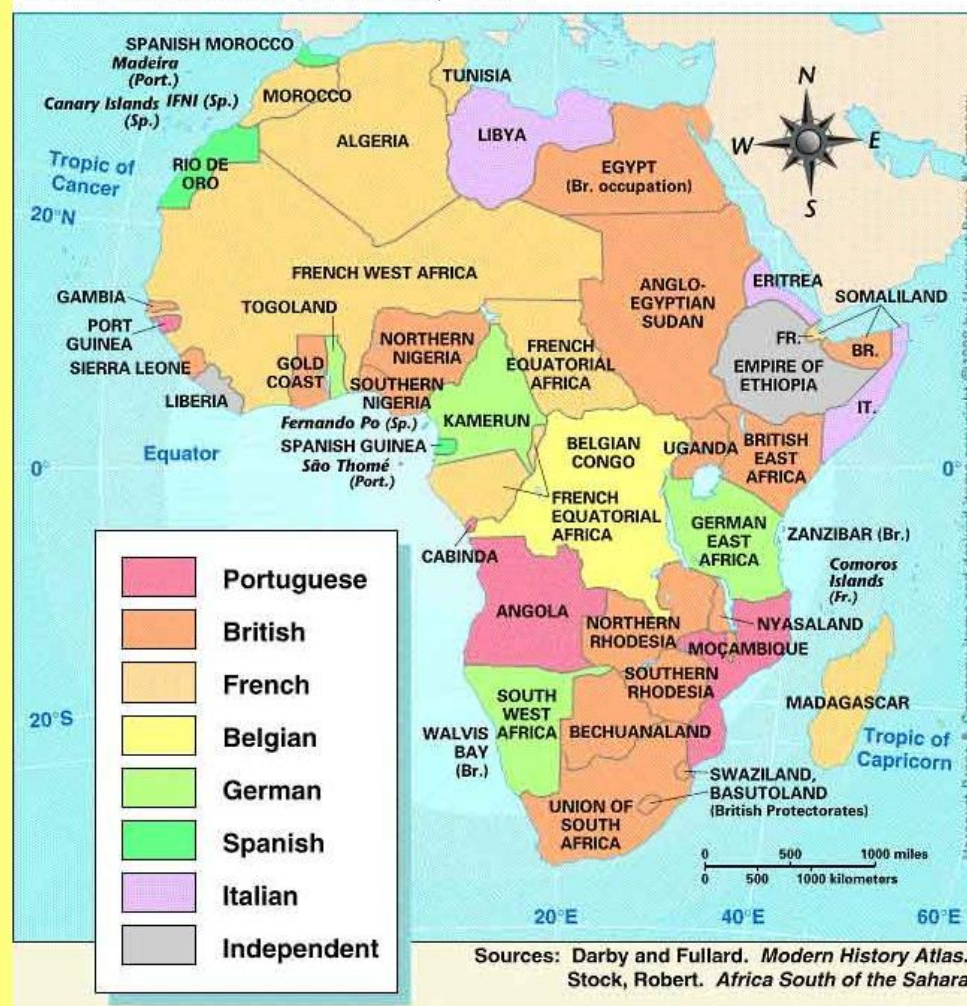
## ANEXO G – MAPA DE ÁFRICA E DE MOÇAMBIQUE



<http://www.cnph.embrapa.br/paginas/imprensa/releases/prosavanas.html>

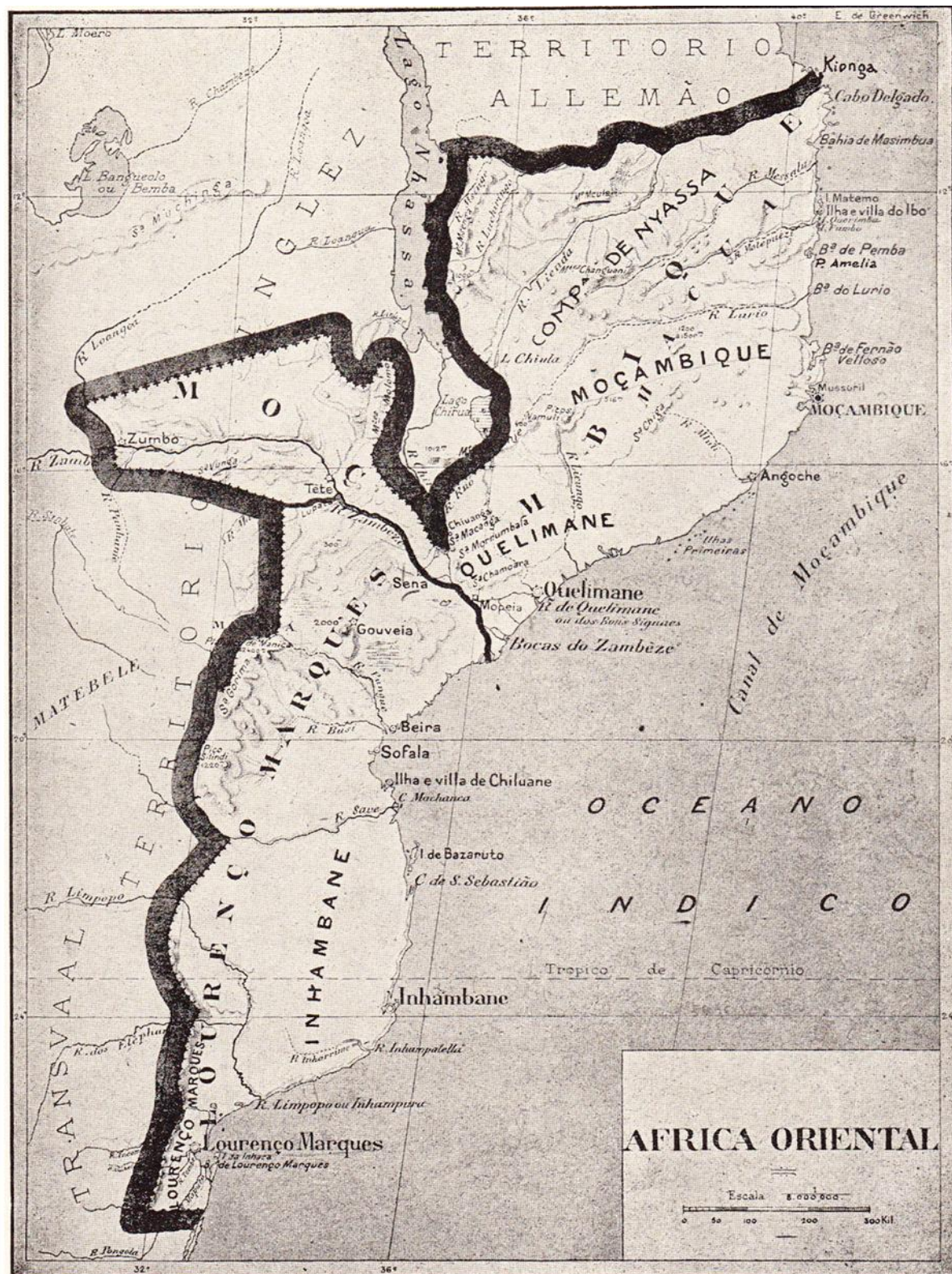
Consultado em 27 de junho de 2011.

### Domínio colonial da África, 1914



[http://resistir.info/chossudovsky/libia\\_09mar11.html](http://resistir.info/chossudovsky/libia_09mar11.html) consultado em 14 de Julho de 2011.



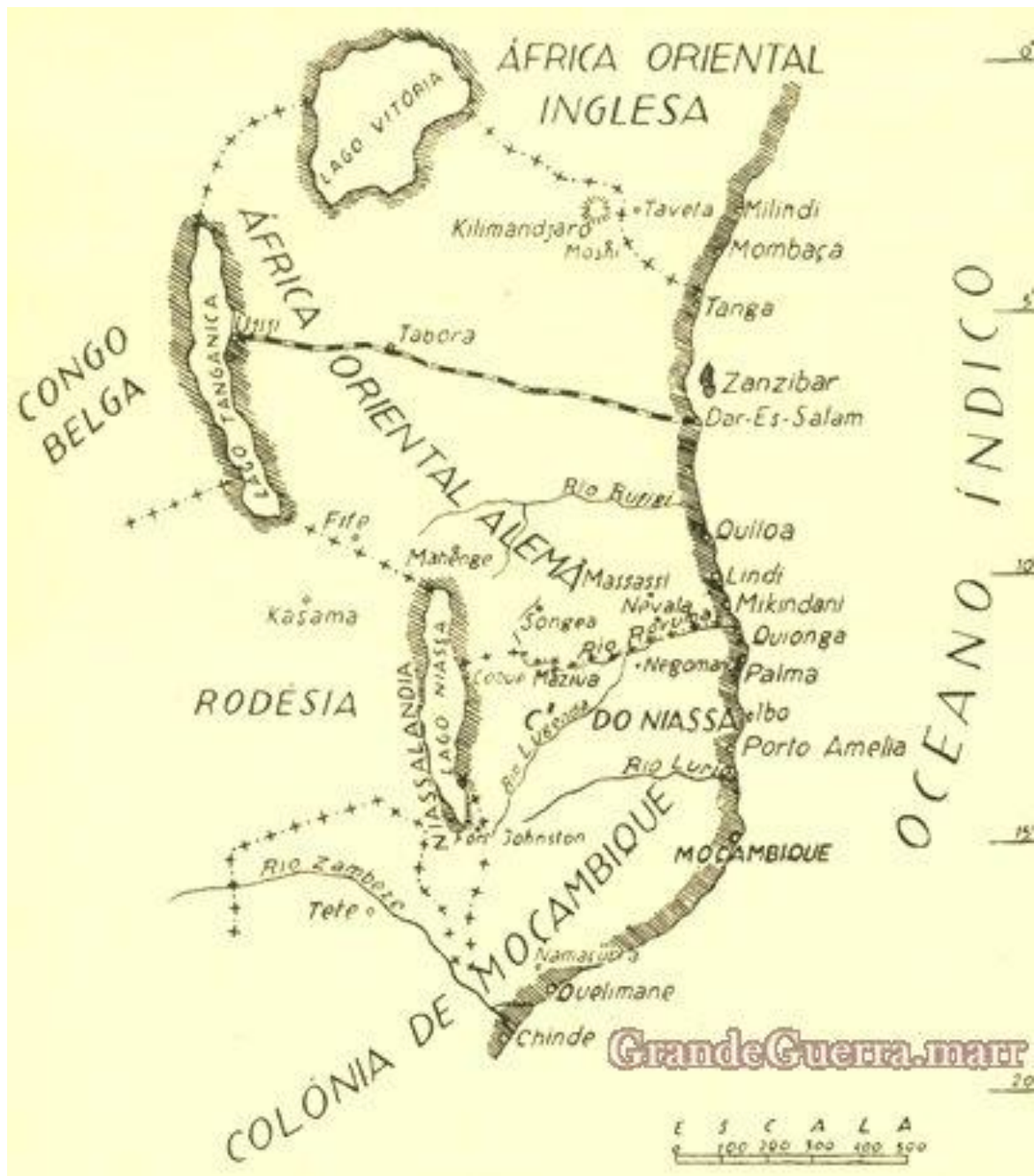


Mapa de Moçambique com a região onde se desenrolou a luta com as tropas coloniais alemãs.

(Portugal, 1925, p. 18)



## NORTE DE MOÇAMBIQUE E COLÓNIAS ADJACENTES



<http://www.operacional.pt/guerra-em-mocambique-1916-testemunhos/>

Consultado a 26 de Julho de 2011.

## **ANEXO H – ORGANIZAÇÃO E EFECTIVO DAS EXPEDIÇÕES**

### **1ª EXPEDIÇÃO**

#### **CONSTITUIÇÃO DA EXPEDIÇÃO**

- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria (Tomar);
  - 4ª *Bateria* do Regimento de Artilharia de Montanha (Évora);
  - 4º Esquadrão do Regimento de Cavalaria 10 (Vila Viçosa);
  - Pessoal de Engenharia (Lisboa);
  - Pessoal de Serviço de Saúde do 2º Grupo de companhia de Saúde (Lisboa)
- (Oliveira, 1994)

#### **Efectivo**

- Oficiais 48;
- Sargentos e equiparados 68;
- Outras praças 1 373;
- Efectivos dos reforços 50;
- Total 1539. (Oliveira, 1994)

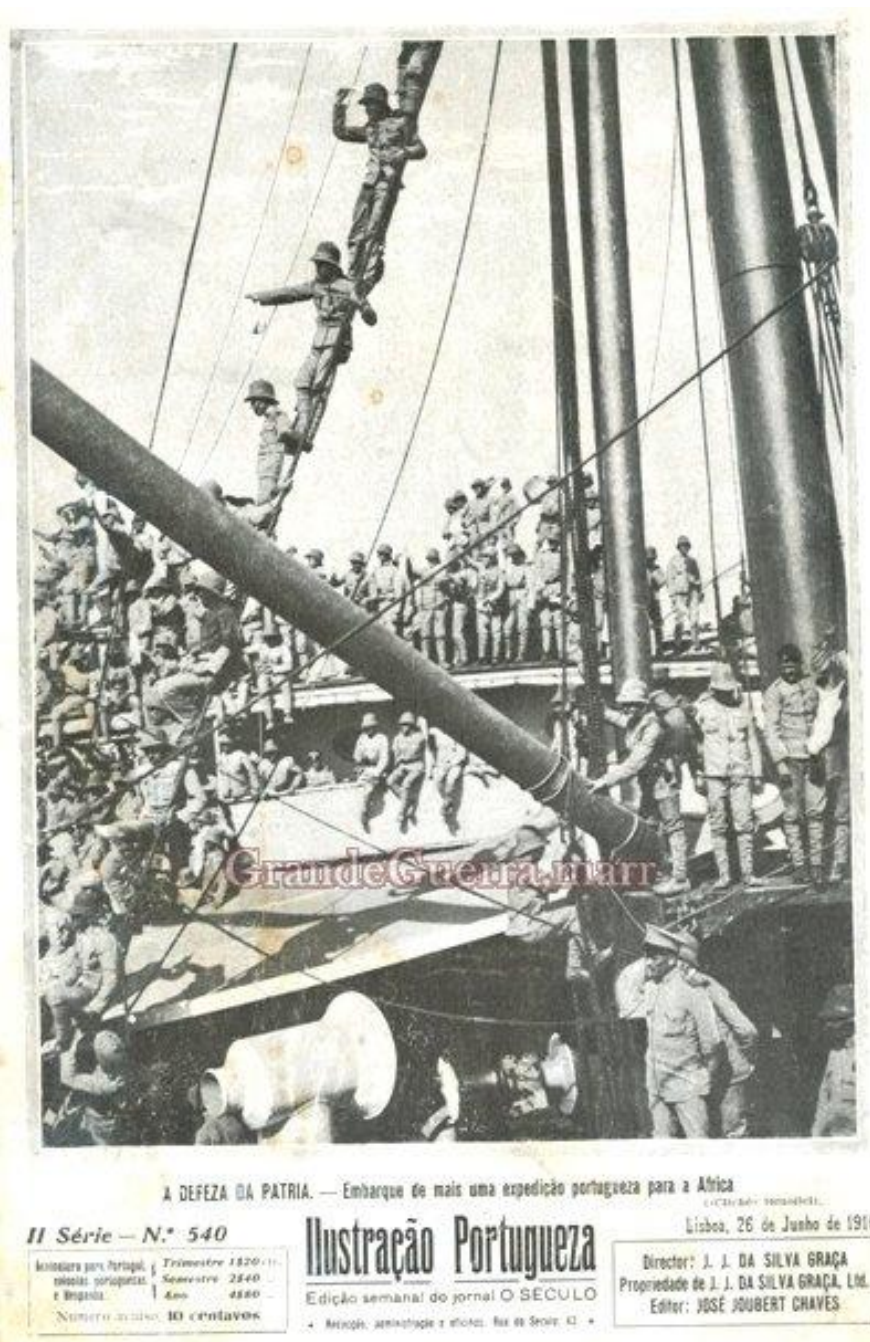
### **2ª EXPEDIÇÃO**

#### **CONSTITUIÇÃO DA EXPEDIÇÃO**

- Comandante; Major de Artilharia José Luís Moura Mendes
- Chefe do Estado-Maior, Capitão de Infantaria Liberato Damião Ribeiro Pinto
- 3º Batalhão do Regimento 21 (Penamacor);
- 2ª Bateria de Metralhadoras do 7º Grupo de Metralhadoras (Castelo Branco);
- 5ª Bateria do Regimento de Artilharia de campanha (Évora);
- 4ª Esquadrão do Regimento de Cavalaria 3 (Estremoz);

#### **Efectivo**

- Oficiais 54
- Sargentos e Equiparados 80
- Outras Praças 1424
- Soma 1558



<http://www.operacional.pt/grande-guerra-1914-a-1918-ii/>

Autor: Miguel Machado

Consultado a 26 de Julho de 2011.



### 3ª EXPEDIÇÃO

#### CONSTITUIÇÃO DA EXPEDIÇÃO

- Comandante, General Ferreira Gil;
- Chefe do Estado-Maior, Major Sem Eduardo Augusto de Azambuja Martins;
- Chefe do Serviço de Saúde, Major médico Fernando Godinho de Figueiredo E Melo;
- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria 23 (Coimbra);
- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria 24 (Aveiro);
- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria 28 (Figueira da Foz);
- Duas Companhias do Regimento 21 (Castelo Branco);
- 1ª Bateria do 4º Grupo de Metralhadoras (Estremoz);
- 1ª Bateria do 5º Grupo de Metralhadoras (Coimbra);
- 2ª Bateria do 8º Grupo de Metralhadoras (Valença);
- 1º Grupo do Regimento de Artilharia de Campanha (Évora);
- Companhia mista de Engenharia (Lisboa);
- Serviços de Engenharia;
- Secção de Telegrafia sem fios;
- Companhia de Automóveis;
- Hospital provisório;
- Serviço de Veterinária;
- Serviços Administrativos.

Forças militares aguardam o embarque rumo a Moçambique



<http://www.operacional.pt/grande-guerra-1914-a-1918-ii/>

Autor: Miguel Machado

Consultado a 26 de Julho de 2011.

**Efectivo**

- Oficiais 128
- Sargentos e equiparados 352
- Outras Praças 4356
- Soma 4886

**4ª EXPEDIÇÃO****CONSTITUIÇÃO DA EXPEDIÇÃO**

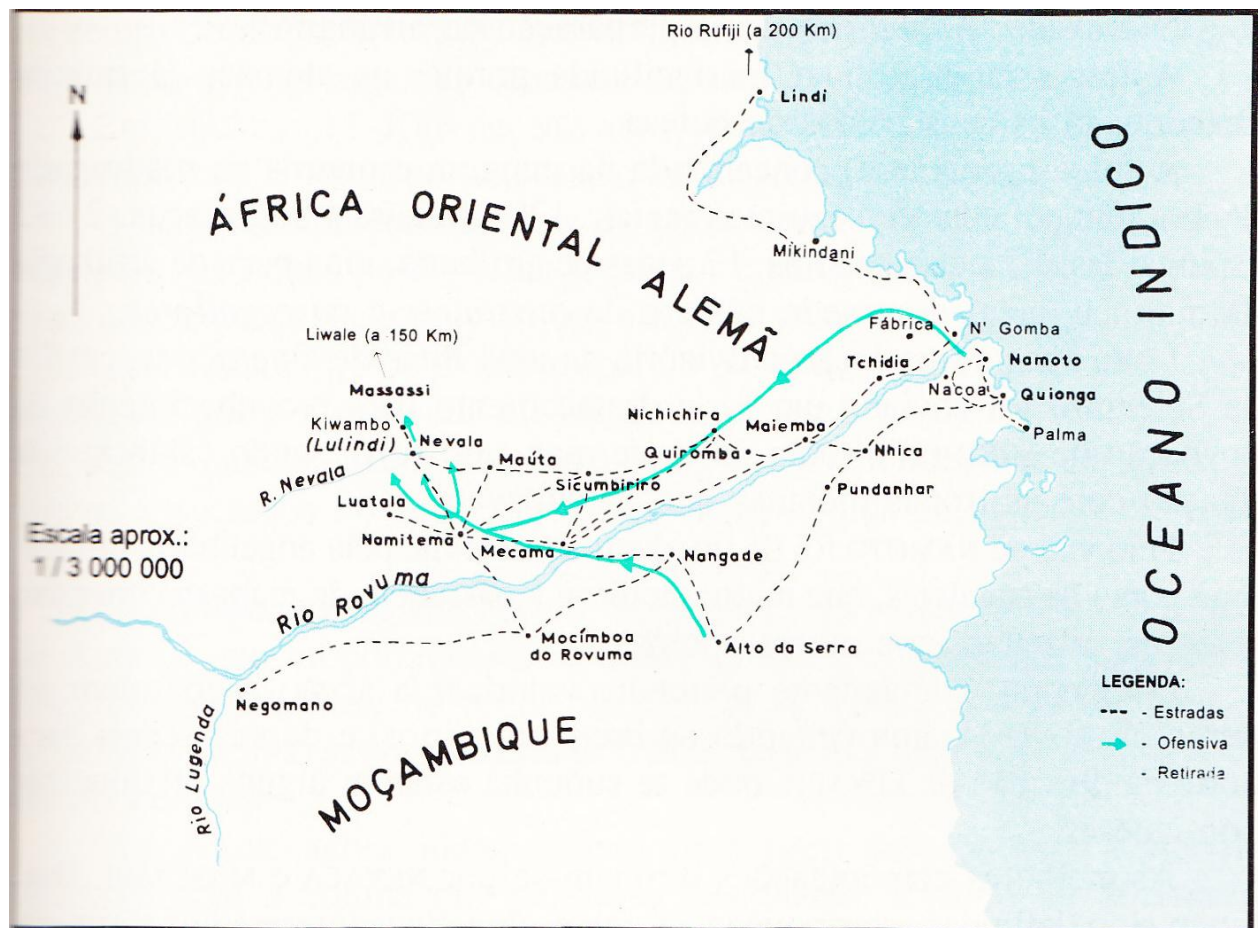
- Comandante, Coronel de Cavalaria Tomaz De Sousa Rosa;
- Chefe do Estado-Maior, Capitão Eduardo Ferreira Viana;
- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria 29 (Braga), Major Fernando Da Cunha Macedo e Alberto Salgado;
- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria 30 (Bragança), Major Francisco António Carneiro;
- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria 31 (Porto), Major Carlos Fernando Bron;
- 2 Batarias de Metralhadoras;
- 2 Batarias Artilharia de montanha (Évora);
- 1 Companhia mista de Engenharia (Lisboa);
- Serviços de Saúde;
- Serviços de Administração Militar.

**Efectivo**

- Oficiais 209
- Praças 5058
- Soma 5267

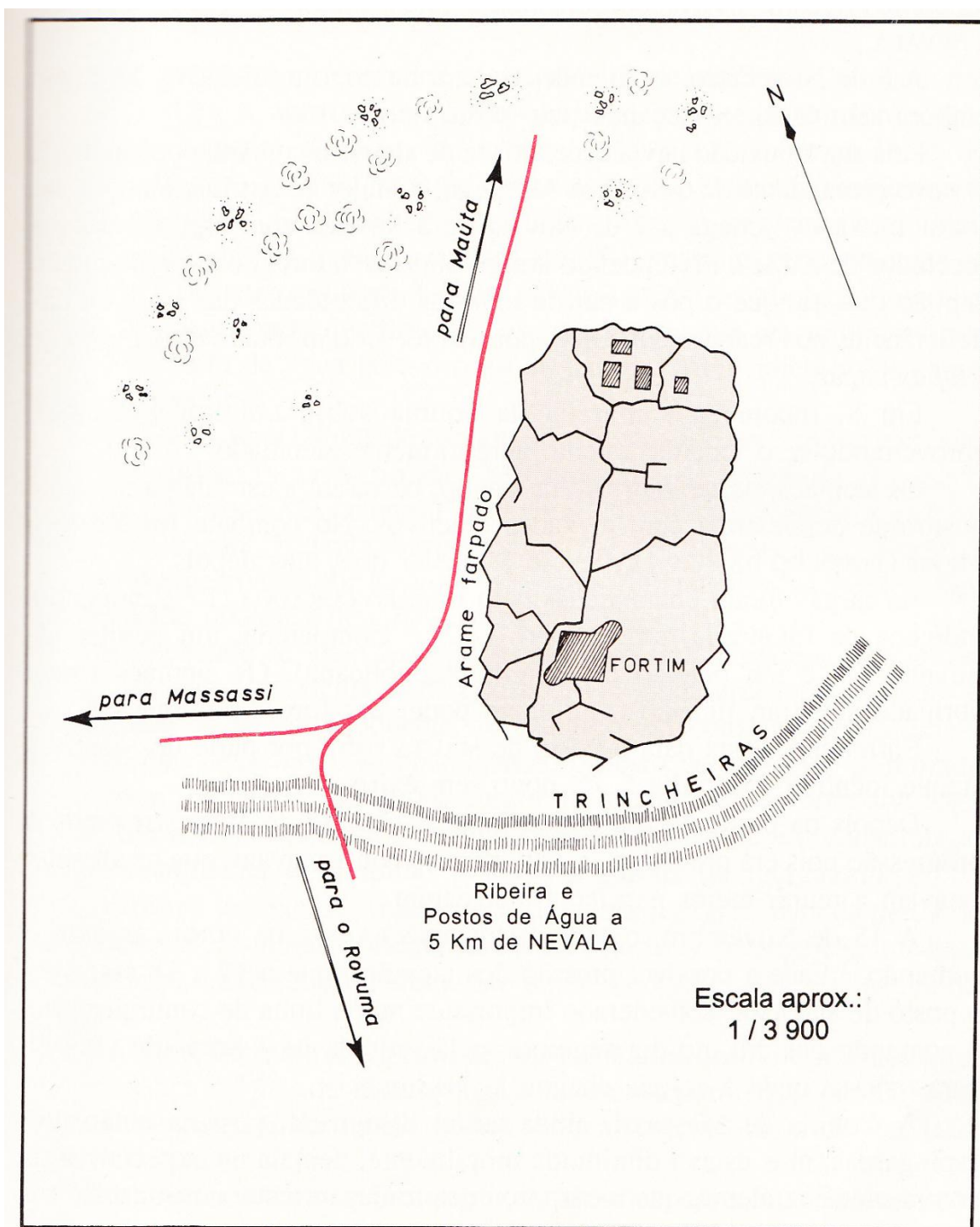
**(Oliveira, 1994).**

## ANEXO I – OFENSIVA DAS TROPAS PORTUGUESAS (1916)



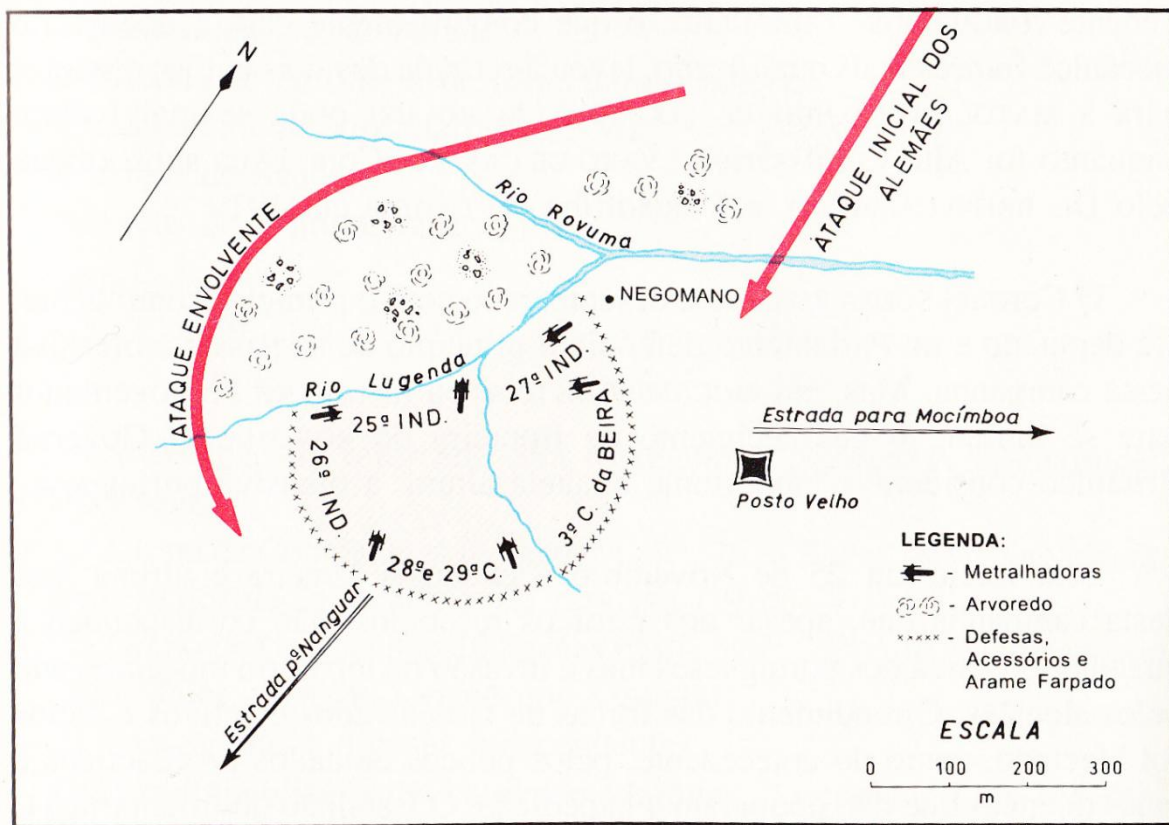
(Oliveira, 1994, p 213).

## ANEXO J – DEFESAS FORTIFICADAS DE NEVALA



(Oliveira, 1994, p 217).

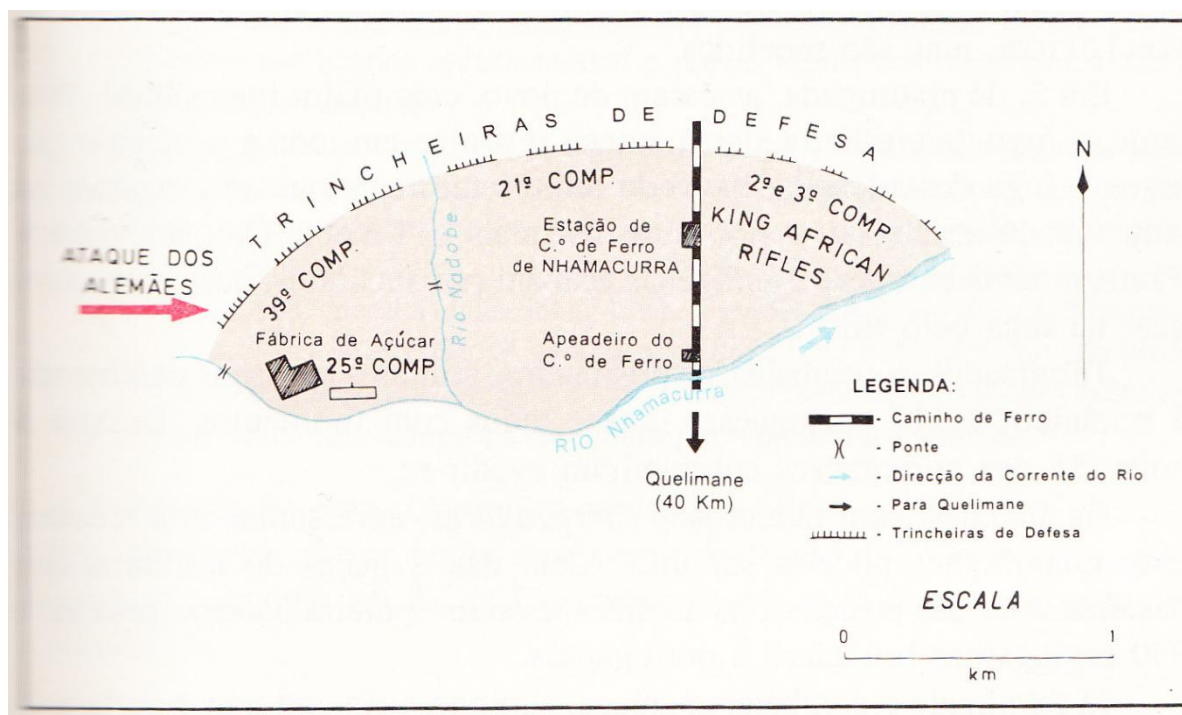
## ANEXO K – COMBATE DE NEGOMANO



(Oliveira, 1994, p 224).




## ANEXO L – COMBATE DE NAMACURRA



(Oliveira, 1994, p 229).

ANEXO M – CORRESPONDÊNCIA REFERENTE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE.

S.  R.	Processo
DESTACAMENTO MIXTO EXPEDICIONARIO	
A	
MOÇAMBIQUE	Kionga, 15 de Junho de 1916
Quartel General	
N.º 1012-0	Al. Sr. Capitão Medico Sá Teixeira
	Palma
CONFIDENCIAL	
<p>Tendo V. Exa exercido o logar de Chefe dos Serviços de Saúde durante todo o tempo que a expedição esteve em Porto Amélia, rogo a V. Exa se digne com a maior urgencia informar acerca da alimentação das praças durante esse tempo.</p> <p>Alegando os medicos da Provincia que o mau estado sanitario é consequencia de falta de cuidados clinicos e alimentação, rogo a V. Exa se digne informar sob o assunto.</p> <p>Junto uma copia d'uma nota de Sua Exa o Governador acerca do assunto, afin de V. Exa ver o que já consta nos meios officiais.</p> <p>O Chefe do Estado Maior,</p>	